

COLETIVO TRIBO

NÃO TEMOS TEMPO A PERDER

*“Não ande atrás de mim, talvez eu não saiba
líderar.
Não ande na minha frente, talvez eu não queira
seguí-lo.
Ande ao meu lado, para podermos caminhar
juntos.” Ditado Indígena*

O **Coletivo TRIBO**, organizado na FASUBRA-Sindical, se constitui em uma rede de interlocução política, suprapartidária, atuando no movimento social e sindical, congregando trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação das Instituições de Ensino Superior.

O **XXI CONFASUBRA** ocorre em uma conjuntura desafiante para o conjunto da classe trabalhadora, mas rica em possibilidade de superação, rumo a construção de alternativas, que pavimentam o caminho para a construção de um “outro mundo”, mais justo, igualitário e socialista.

Somos **CUTISTAS**, por definição política e ideológica, e somos **FASUBRA**, com a mesma coerência de defesa e fortalecimento dos patrimônios construídos pelos (as) trabalhadores (as).

A nossa **Carta de Princípios** está centrada nos pilares da democratização nas relações do movimento sindical, na defesa da Universidade Pública, Democrática e referenciada socialmente, e na construção do socialismo. **Estes princípios defendidos e exercitados garantem o direito inalienável à divergência e ao contraditório.**

Ao longo de nossa atuação na FASUBRA, sempre buscamos desenvolver nossas atribuições, atentos as resoluções emanadas das instâncias da federação e vigilantes na defesa do exercício da autonomia, prerrogativa máxima da FASUBRA. Esta conduta está assentada no princípio da ética e respeito com aqueles que divergimos, nos encaminhamentos das Lutas e com a preservação da FASUBRA, acima das posições político-partidárias e pessoais.

Preservando estes princípios continuaremos combatendo as disputas fratricidas, os processos de calúnias e difamação que tentaram impor como método de disputa no cotidiano da Federação. Manteremos nossa tradição, convictos de que, lembrando Kalil Gibran – **“Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade”** – e ainda que – **“O que precisamos matar no opositor é o seu desejo de matar”** – conforme nos ensinou Gandhi.

Não podemos nos permitir a exemplo do **XX CONFASUBRA**, e pela atual conjuntura, sairmos de um congresso sem um plano de lutas que oriente as ações da categoria no período seguinte.

Assim, neste **XXI CONFASUBRA** temos por expectativa, que o conjunto da categoria, diante dos desafios colocados no momento apure dos debates um plano de lutas estratégico e que arme a Federação para os enfrentamentos vindouros na defesa de nossa agenda.

O Coletivo Tribo, contribuirá para que a FASUBRA, saia fortalecida e com uma plataforma de lutas em defesa dos trabalhadores(as), e mais uma vez, demonstre ao conjunto dos movimentos sociais e sindical desse país, de que a Unidade é Possível, desde que se preservem princípios básicos, como a democracia, a tolerância com a diferença e a ética na convivência cotidiana.

Um bom Congresso para Todos(as), referenciado nos anseios da categoria.

Respeito aos que estão na luta.

Coletivo TRIBO

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

“Os poderosos até podem matar uma, duas ou três rosas, porém, nunca conseguirão impedir que a primavera venha”. Enesto Che Guevara.

Tratar da conjuntura a nível internacional sem dúvida passa a ser sinônimo de tratado da crise econômica mundial resultante de um longo processo de financeirização da economia combinado com a flexibilização das regras de controle do mercado pelo estado.

Os Estados Unidos, excelência do estado neo-liberal, se depara com o colapso da bolha imobiliária, com impacto nas economias norte americana e européia. Mesmo com o socorro promovido pelo governo americano com medidas de estímulo fiscal, não foi evitado a grande catástrofe prevista pelo mercado. O estímulo monetário evitou momentaneamente a quebra do sistema financeiro, mas o processo de recessão limita o crédito e mantém a sociedade americana imersa num endividamento para além do mensurado.

Não obstante a esta situação e por se tratar de uma economia globalizada, a crise americana se espalha mundo afora com impactos diferenciados em cada região do planeta.

O mercado europeu assiste a falência de alguns de seus estados membros, tendo a Grécia como referencial e a Itália com menor risco, porém, sem encontrar alternativas para evitar esta rota de colisão.

As alternativas em debate na Europa implicam no resgate de países, através do refinanciamento de suas dívidas, por parte de países com economia mais sólida como o caso da Alemanha.

As condicionantes para tal investimento com garantia de reequilíbrio da economia na zona do euro tem motivado intensa movimentação social, de um povo em luta por seus direitos, provocando um impasse na relação com os governos, tornando mais distante uma solução para a crise instalada.

G20 NÃO CONSEGUE SOLUÇÃO PARA A CRISE.

Em meio a este maremoto o G20, que compõe as 20 maiores economias, passa a ser o palco de debates, refém de um sistema por ele sustentado a décadas. Na reunião de Cannes em novembro passado, o tema central era apontar alternativas para que a Europa pudesse sair desta crise que põe em risco a existência do EURO.

Foram delimitados seis temas prioritários que guiaram os debates não só na cúpula, mas também nas reuniões ministeriais. São eles: (1) reformar o sistema monetário internacional; (2) reforçar a regulação financeira; (3) combater a volatilidade dos preços de commodities; (4) apoiar o emprego e reforçar a dimensão social da globalização; (5) combater a corrupção e (6) trabalhar em nome do desenvolvimento.

As medidas anunciadas causam revolta social em vários países. O caso clássico figura no referendo popular anunciado pelo Primeiro Ministro Grego e que leva o Presidente Sarkozy, da França, na condução da reunião de Cannes, profetizar que a estabilidade da zona do euro é o único meio de garantir o futuro do EURO e a estabilidade política no continente, posto que a moeda em questão é o único instrumento para estabelecer um processo de governabilidade perene.

Contudo os movimentos organizados reagem a estas medidas dando conta de que a referida governabilidade, reclamada por Sarkozy, mais que nunca se põe ameaçada, pois os sacrifícios serão imensos e de longo prazo, cujo custo será arcado pelo povo e não pelos especuladores.

Este conjunto de medidas, se por ventura forem efetivadas, somente terá resultado a médio e longo prazo, requerendo para o controle imediato, o financiamento destas economias

por parte dos países em desenvolvimento, como os países membros do BRICS, principalmente Brasil e China.

O Brasil, nesta reunião, manifestou sua disposição em financiar essas economias, contribuindo para construção de alternativas a essa crise, porém somente através do FMI, dado que este tem um controle rígido sobre as ações e programas dos Estados.

Findada a reunião de Cannes, a cúpula do G20 não consegue estabelecer um programa comum de ações que neutralize a atual crise e tenha o aceite social. O grande desafio em busca de uma saída ficou para a próxima reunião dos ministros de economia e finanças desses países e com pouca perspectiva, visto que a Alemanha recua em sua proposta de ajuda financeira para a Grécia. Para EUA e União Européia, o problema é mais político do que econômico, pois seus mecanismos de decisão política são incapazes de produzir um consenso sobre como estimular o crescimento econômico tendo para isto a retirada dos direitos conquistados pela sociedade.

Como observa Nelson Barbosa, (secretário-executivo do Ministério da Fazenda) - *“A atividade econômica das economias avançadas está prestes a retroceder novamente. A desaceleração da recuperação americana, juntamente com o impasse político sobre a elevação do teto da dívida federal naquele país, a irresolução dos problemas europeus e a instabilidade política nos países produtores de petróleo geraram grande pessimismo sobre o crescimento mundial”*.

O Oriente Médio tem permanecido na mídia como palco de atuação intensa do governo americano e da OTAN, e sob o discurso de garantia da democratização daqueles países tentam garantir a subserviência daqueles estados aos seus ditames econômicos.

O grande debate no senado americano quanto a elevação do teto da dívida federal não teve por pressuposto apenas a garantia da moeda e o sistema financeiro. Incluiu o aumento do investimento nos gastos militares, reduzidos outrora, e que agora se faz necessário para que os EUA consigam impor sua vontade e mantenha seu domínio no mercado do petróleo.

As mudanças ocorridas no Oriente Médio não atendem a demanda norte-americana. Em função da própria crise mundial, a liga árabe se volta para seus próprios interesses como forma de sobreviver a esta tormenta fortalecendo assim este bloco.

O BRICS NA PERSPECTIVA DE SOLUÇÃO.

O BRICS é o agrupamento de países emergentes composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, numa iniciativa do Governo LULA como parte da política internacional que se estendeu também ao Oriente Médio e América Latina.

O BRICS apresentou um crescimento vertiginoso no período de 2003 a 2007, segundo a OMC, representando 65% da expansão do PIB Mundial. Mesmo com este aporte econômico estas economias não ficaram imunes a crise mundial vez que o capital não tem fronteiras. Tanto os EUA como a Comunidade Européia são mercados importantes para o desenvolvimento e crescimento econômico e com a recessão nesses países com crédito limitado, desemprego e população endividada e déficit fiscal, a balança comercial começa a sentir os efeitos da crise tendo obrigatoriamente que se voltar mais para o mercado interno.

O diferencial do impacto nas economias dos países membros do BRICS está justamente nas políticas governamentais de desenvolvimento econômico aliadas a um investimento em tecnologia nacional, limitando, em parte, a dependência externa outrora vivenciada e estabelecendo um novo patamar de relações comerciais fora do bloco Estados Unidos – União Européia.

Trata-se de políticas voltadas ao fortalecimento do mercado interno, resultante de várias medidas de valorização do capital produtivo e investimentos em infra-estrutura e, ainda, um maior controle sobre o capital financeiro, implementando um novo modelo desenvolvimentista embasado no capital real lastreado na produção de bens.

DO MAREMOTO A MAROLINHA.

Com o estouro da bolha imobiliária americana, a ameaça de uma crise internacional generalizada, e a conseqüente instabilidade monetária, o presidente LULA em pronunciamento

a nação analisa a crise mundial, assegurando que esta chegará ao Brasil como uma marola e não como um maremoto como era a expectativa dos pessimistas de plantão.

Evidente que, por menor que seja seu impacto na economia brasileira, uma crise no primeiro mundo não deixa de trazer prejuízos aos chamados países periféricos. O Brasil consegue superá-la mantendo neste período de declínio e crise das maiores economias do mundo, taxa de crescimento médio acima dos 4,5% mantendo um equilíbrio da balança comercial via “novo mercado”.

O investimento brasileiro na economia, principalmente na infra-estrutura com o PAC, incentivos fiscais e ampliação do crédito, aliado a geração de emprego, a manutenção da renda do brasileiro e cumprimento dos acordos firmados com o funcionalismo, teve por consequência a ampliação do mercado interno e manteve a nau livre das tormentas do mercado. Rompendo com as políticas aplicadas nos governos anteriores, o governo de LULA inaugura uma nova era na economia que importou numa menor dependência dos mercados europeus e norte americano e no estabelecimento de novos mercados comuns na América Latina se estendendo ao Oriente Médio Ásia e África.

OS(as) TRABALHADORES(as) NO OLHO DO FURACÃO.

O capital, em seus ciclos, numa busca de auto-preservação ignora o cidadão primando por sua existência somente enquanto consumidor em potencial. Assim, os governos quando planejam medidas em busca da estabilidade e recuperação econômica, traz em seu bojo, corte nas obrigações do estado com os direitos básicos do cidadão. A receita é globalizada já que o projeto também o é. As manifestações organizadas nos Estados Unidos e nos países europeus dão conta da reação do movimento organizado, social e sindical, num processo de resistência a retirada destes direitos.

- *Esses ataques visam recuperar o poder do mercado sem contudo eliminar os ganhos do capital que circula na mão de uma minoria. É o mercado se sobrepondo a cidadania.*

Neste quadro os(as) trabalhadores(as) começam um processo de reorganização com ocupação das ruas e pressão sobre os governos como modo de garantir conquistas de longas lutas. O alvo principal dos governantes é a seguridade social, por se tratar de uma fatia considerável do orçamento e de demanda continuada, e a renda do(a) trabalhador(a) como forma de compensar os incentivos ao patronato com as chamadas renúncias fiscais.

Numa economia com ações governamentais globalizada, a resposta dos trabalhadores tem de ter a mesma dimensão e nesta perspectiva é que a **CUT** – Central Única dos Trabalhadores – em articulação a nível internacional tem atuado.

A agenda internacional dos(as) trabalhadores(as) tem se pautado na solidariedade e nas ações coletivas em cada continente e neste caso não se trata apenas dos EUA e Europa, mas também América Latina e Oriente Médio, onde registra-se uma grande instabilidade política nos países produtores de petróleo.

Além da crise econômica os(as) trabalhadores(as) conclamam por uma real democracia, e na América Latina, nos países com maior grau de dependência externa os(as) trabalhadores(as) se articularam para resistir a este processo, com avanços nos processos de sucessão governamental.

A **CUT** – Central Única dos Trabalhadores – tem feito seu enfrentamento - além fronteiras - à crise capitalista internacional, iniciada nos EUA em 2008, e que continua a se aprofundar, causando prejuízos para a classe trabalhadora no mundo. Tem denunciado em todos os fóruns essas políticas, que acontecem porque os governos, as instituições financeiras internacionais e o grande capital financeiro insistem em trilhar os mesmos caminhos que produziram a crise. Mantém-se o privilégio ao mercado especulativo e políticas para preservar a estabilidade das bolsas de valores e dos chamados mercados – sem nenhum mecanismo de controle do sistema financeiro internacional.

Aprofunda-se a redução do déficit público com diminuição dos investimentos em políticas públicas, aplicam-se reformas da previdência e trabalhista para retirar direitos; reduz-se o papel do Estado e amplia-se a pilhagem do capital com as privatizações, o desemprego e o arrocho salarial.

- *Na agenda nacional a CUT tem se mobilizado com grandes marchas para dizer a sociedade e ao governo, que não aceitará que no Brasil seja aplicado o mesmo tipo de política que ataca empregos, salários e direitos em países da União Européia. Os/as trabalhadores/as não são responsáveis pela crise!*

AMÉRICA LATINA

Os(as) trabalhadores(as) em toda a América Latina têm construído uma agenda comum buscando uma maior integração entre os organismos internacionais nas lutas gerais onde se insere a CSI – Central Sindical Internacional – a CUT – Central Única dos Trabalhadores – a ISP – Internacional de Serviços Públicos – e a CEA – Confederação dos Educadores das Américas. Além disso a FASUBRA compõem a direção executiva da CONTUA, que organiza os trabalhadores(as) no ramo da educação internacionalmente.

Nossa categoria tem um papel importante tanto na organização dos(as) trabalhadores(as) quanto na elaboração e sustentação das lutas travadas no continente. Isto ficou expresso no último CONFASUBRA que aprovou nossa filiação a ISP – Internacional de Serviços Públicos – e a CONTUA – Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras das Universidades das Américas – demonstrando o nosso compromisso com os trabalhadores(as) nas Américas e no mundo.

Em meio ao enfrentamento a crise econômica, a ISP, a CEA, a CUT e a CONTUA desenvolveram a campanha pela manutenção dos direitos trabalhistas e pelo trabalho decente. A CONTUA, na última Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, ratificou o vínculo indissociável entre os conceitos de trabalho decente, direitos trabalhistas e a Educação como direito humano fundamental. Na luta por direitos trabalhistas e sindicais essas entidades continuam na defesa de uma agenda sustentada por essas pautas em todos os fóruns e principalmente frente aos governos.

A **ISP**, na Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, apresenta declaração de compromisso com os seguintes termos: *“A crise econômica ameaça o emprego e o futuro das pessoas em todo o mundo. Décadas de desregulação, ambição e grandes benefícios para uma pequena minoria, tem levado o mundo a pior recessão desde a década de 1930. O trabalho decente há que figurar no centro das ações dos Governos para recuperar o crescimento econômico e construir uma nova economia global que coloque as pessoas em primeiro lugar”*. Peter Waldorff – Secretário Geral da Internacional de Serviços Públicos.

A **CONTUA** tem exercido um papel fundamental no ramo da educação, organizando os(as) trabalhadores(as) técnico-administrativos deste setor, buscando avanços na democratização das instituições e maior participação nos processos decisórios incluindo nesta agenda a capacitação e a qualificação da categoria, como parte do projeto de convênio a ser estabelecido com as instituições brasileiras e latino-americanas.

Nesta jornada desenvolveram-se várias campanhas de denúncia aos ataques dos direitos trabalhistas e sindicais por toda América. Campanha de Solidariedade aos trabalhadores das Universidades da Colômbia (SINTRAUNICOL); aos companheiros(as) da FATUN do Peru; aos companheiros(as) da AFFUR do Uruguai; Carta ao presidente do Panamá contra a violação dos direitos humanos e sindicais no Panamá; solidariedade a greve nacional e universitária movida pela FENTUP no Peru; solidariedade a greve da FASUBRA Sindical no Brasil em 2011; solidariedade ao povo Haitiano; carta contra o golpe em Honduras; e outras tantas manifestações em defesa dos trabalhadores(as) e da sociedade tendo como exemplo a Carta de denúncia Internacional dos atos de violência contra os trabalhadores(as) no dia 03 de novembro de 2011 na Colômbia quando os manifestante promoviam ato contra a Lei de reforma da Educação superior.

CONJUNTURA NACIONAL - O BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE MUNDIAL.

Buscando identificar a situação do Brasil neste contexto de crise internacional temos uma situação que apresenta um certo contraste com a situação atual nos EUA e na Europa. O modelo de desenvolvimento inclusivo brasileiro gera frentes de expansão internas e amplia as oportunidades de investimento e de emprego combinadas com a expansão de novos mercados externos. Um crescimento equilibrado que, em função do tensionamento provocado pela luta sindical, tem conseguido recuperar o nível dos salários e da produtividade. Neste processo, de fortalecimento das políticas públicas, tem sido notória a redução na pobreza e melhora na distribuição de renda. Além disso, o PAC como uma das políticas de ampliação dos investimentos em infra-estrutura econômica e social, bem como os investimentos em educação e no desenvolvimento do parque tecnológico, aliados a outras políticas sociais, tem se mostrado como uma estratégia de desenvolvimento inclusiva, chamado pelos analistas de neo-desenvolvimentismo brasileiro, implantado no governo LULA.

- *Este talvez tenha se constituído num diferencial em relação aos demais países o que permitiu ao Brasil continuar avançando mesmo em meio a esta crise internacional.*

O Brasil fica em segundo lugar entre os membros dos BRICS, ao considerar o PIB per capita (*riqueza gerada pelo país dividida pelo número de habitantes*). O PIB per capita brasileiro é de US\$ 10,9 mil (R\$ 17,2 mil). Em primeiro lugar vem a Rússia, com US\$ 15,9 mil (R\$ 25,1 mil). O sul-africano fica em terceiro lugar e próximo ao brasileiro, com US\$ 10,7 mil (R\$ 16,9 mil). China aparece em quarto (US\$ 7,4 mil, cerca de R\$ 11,7 mil). Em último vem a Índia, com US\$ 3,4 mil (R\$ 5,4 mil).

Diante dessa perspectiva de desenvolvimento econômico e social e ainda com as atitudes de “faxina geral”, o governo de Dilma Roussef conta com grande apoio da população brasileira, depreendendo um olhar mais detalhado sem o aventurismo característico dos falsos rebeldes, que tem se prestado a projetos derrotados pelo povo nas urnas, e que por vezes tem levado várias lutas dos trabalhadores(as) ao fracasso.

Com tamanha aprovação popular o governo Dilma tem maior e melhor trânsito no Congresso Nacional que se constitui no palco do debate de grandes temas nacionais, porém numa agenda que não interessa no seu todo à classe trabalhadora.

- *O perfil do governo Dilma e a sua aceitação na sociedade, demanda a construção de estratégias por parte do movimento sindical nesses momentos de enfrentamento, que se adequem a nova realidade e instrumentalizem os trabalhadores(as) para a luta cotidiana.*

A implementação e fortalecimento das políticas públicas, proporcionando o acesso da maioria dos excluídos aos serviços do Estado, tem sido a tônica do governo atual em continuidade ao governo LULA e, nessa perspectiva notamos a correção de rota do Estado brasileiro que começa a resgatar uma dívida com parcelas significativas da sociedade. Neste campo um conjunto de projetos: PROUNI, REUNE; BRASIL SEM MISERIA; LUZ PARA TODOS; MINHA CASA MINHA VIDA; dentre outros como também a política de valorização do Salário Mínimo tem dado conta de uma crescente mudança na vida de grande contingente de brasileiros outrora excluídos.

- *O movimento sindical, deve analisar que por se tratar de um Governo Democrático e Popular, de frente ampla de coligações partidárias, não há condições objetivas, de total ruptura com as estruturas e práticas do passado, onde as oligarquias possuidoras do controle do Estado em benefício próprio, pudessem ser colocadas a margem desse processo. Assim muito do que poderia ter sido feito, no imaginário dos(as) trabalhadores(as), é deixado para outro momento e, a mercê de uma correlação de forças que dependendo da organização social pode tender ou não aos interesses da sociedade e da classe.*
- *Na perspectiva, portanto, de alterar uma correlação de forças que não nos é favorável até o momento, a **CUT** tem desenvolvido varias jornadas de lutas na pretensão de impor a agenda dos(as) trabalhadores(as) construída em conjunto com outras Centrais Sindicais.*

Ainda no governo LULA a **CUT** conseguiu imprimir um processo de lutas que culminou na política de valorização do Salário Mínimo, na Ratificação da Convenção 151 da OIT que instala a negociação coletiva no serviço público, porém no Congresso Nacional a pauta priorizou, em função da crise econômica, em torno da agenda econômica onde os direitos dos trabalhadores ficaram em segundo plano quando não ameaçados.

Já no governo de Dilma Roussef a conjuntura apresenta maiores obstáculos com as medidas de restrição do Crédito e cortes no orçamento da união atendendo a uma pressão das oligarquias que, sem perspectiva no mercado externo e ainda com a manutenção de políticas de benefícios ao capital especulativo, buscam amparo no estado para manutenção de sua fatia de lucro.

- *Embora a eleição de Dilma acene mais uma vez a oportunidade dos(as) trabalhadores(as) ocuparem seu espaço de direito no estado brasileiro, isto, no entanto não vem sem um tensionamento social. A ocupação deste espaço dependerá da mobilização e para tanto a **CUT** – Central Única dos Trabalhadores terá um papel fundamental na organização da classe trabalhadora para nessa mobilização de massa poder cobrar a implementação das propostas contidas na “**Plataforma da Classe trabalhadora**”, apresentada aos candidatos nestas eleições.*

Diante desse cenário, afirmamos que há pouco tempo, a obsessão do mercado e da mídia se concentrava no aumento da taxa básica de juros como instrumento para deter a inflação. Com a relevância dada aos salários, a questão dos juros cede espaço, mas no fundo o descaminho apontado pelas autoridades monetárias é precisamente o mesmo.

- *A **CUT** numa ação protagonista, já se coloca a frente na luta em defesa do desenvolvimento, com geração de emprego, valorização do(a) trabalhador(a) e ampliação da renda. Esta jornada não diz respeito tão somente a uma categoria e sim ao conjunto do(as) trabalhadores(as), que com as ações da **CUT**, implementam suas lutas e a resposta tem sido a repressão e por isto a CUT repudia a campanha de criminalização dos aumentos salariais movida por setores da mídia, do empresariado e do próprio governo, que têm se expressado em reiteradas declarações para que o movimento sindical seja mais moderado durante as campanhas salariais.*
- *A agenda dos(as) trabalhadores(as) deve estar na ordem do dia. Na compreensão dos **CUTistas**, não será com a contenção do mercado interno, com arrocho salarial e redução dos investimentos, que o Brasil irá se desenvolver. Nem tampouco com a desoneração da folha de pagamentos, proposta pertencente ao ideário neoliberal que aponta para a redução de direitos trabalhistas e previdenciários.*
- *No ritmo do crescimento econômico em meio à disputa dos projetos de desenvolvimento, a **CUT** defende a redução da taxa de juros permitindo maior investimento em infra-estrutura e em políticas públicas que busquem a redução das desigualdades sociais.*

Na nossa concepção a inflação deve ser combatida com medidas de incentivo à produção de alimentos e o câmbio ajustado com medidas defensivas, como elevação do IOF, cobrança de imposto de renda sobre o lucro dessas operações, etc.

- *Ações que venham a taxar o capital, respeitar os direitos do cidadão(ã) e a responsabilidade do Estado para com esses setores, implicarão num investimento maior nos serviços públicos.*

Na Educação ocorre um processo de expansão das IFES jamais visto, aliado ao crescimento tecnológico que nos leva cada vez mais a um patamar de independência, mas falta ainda abertura de mais vagas para trabalhadores e incremento financeiro necessário ao crescimento que o país precisa para atingir um patamar digno, ou seja, a aplicação de 10% do PIB na educação.

O SERVIÇO PÚBLICO E SEUS TRABALHADORES

Reconhecidamente o governo Lula incrementou os serviços públicos com abertura de canal de negociação, reposição salarial e contratação de pessoal. Essas iniciativas, contudo, não foram suficientes para superar a herança de flexibilização, desregulamentação e

congelamento salarial instalada pelos governos passados. Esse quadro de desmonte provocado pelos governos que o antecederam requer medidas mais ousadas.

Na educação, foram mais de 42 mil novas contratações até 2011 e ainda com previsão de mais 27 mil, segundo projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, mas ainda não supre a demanda necessária ao efetivo funcionamento das IFES, em função do aumento expressivo de Instituições, advindo da expansão da educação superior.

Paralelamente a essas iniciativas, é necessário restabelecer um processo de negociação efetivo com o MEC e MPOG, para atender as demandas da categoria rumo ao aumento do piso salarial, correção de distorções e conseqüente aprimoramento do PCCTAE. Nesta perspectiva a categoria deve centrar o debate em torno dos problemas detectados no PCCTAE e a FASUBRA, de forma responsável e qualificada, encaminhar o debate junto aos representantes do governo.

- *A atenção a este aspecto, quanto ao ‘modus operandi’ da Federação, passa a ser fundamental visto a experiência do ultimo período onde a intolerância, justificada nos interesses políticos partidários, levou a categoria a uma derrota aos moldes de 2005. A independência do movimento sindical não deve ser considerada somente na relação com o patrão, mas também em relação aos partidos políticos senão como bem relata Rousseau, em seu contrato social, teremos a apropriação do espaço público pelo privado, em outras palavras, o interesse privado se sobrepondo ao interesse público.*

O NOVO DESENHO DO ESTADO.

Em todo o processo de disputa de projetos com o estado há que se considerar a sua formatação e os conceitos que sustentam este modelo.

No início deste ano tivemos uma mudança significativa na estrutura do Ministério do Planejamento com a criação da Secretaria de Gestão Pública resultante da fusão das antigas Secretarias de Gestão e de Recursos Humanos. Numa questão lógica é compreensível que devem estar no mesmo ambiente os setores que pensam a gestão e aqueles que a executam. A criação da Secretaria de Relações de Trabalho seria então a responsável pelo canal de diálogo entre o Estado Brasileiro e os seus trabalhadores(as).

Neste novo desenho, não só a FASUBRA, mas todas as entidade representativas dos trabalhadores(as) do Serviço Publico Federal, devem se deter num debate mais aprofundado acerca do papel da nova Secretaria e sua condição no escopo da nova organização do MPOG. Pela sua própria natureza, a relação institucional com o movimento sindical, lembrando a SAF da era Sarney, deveria estar vinculada a Casa Civil.

Para o trato das demandas dos(as) trabalhadores(as) no serviço público é preciso que o governo apresente sua proposta e conceitos sobre a organização e estruturação da função pública, e o que tem de política de Diretrizes Gerais para os Planos de Carreira.

Com a situação dada, é preciso estabelecer um processo que garanta o atendimento as demandas da categoria atentando, em especial, ao calendário imposto pela legislação constante da LDO, evitando incorrer no mesmo erro, proposital, cometido pelos comandantes da última greve ao ignorar o prazo para tramitação de projeto de lei, de iniciativa do executivo, que importem em reestruturação salarial dos servidores públicos.

ESQUERDA “VOLVER”

“Se meus inimigos pararem de dizer mentiras a meu respeito, eu paro de dizer verdades a respeito deles.” (Adlai Stevenson)

O Brasil, durante e após a era Lula, prova da sedimentada democracia, tornou-se um país fértil para o surgimento de vários grupos políticos que se rotulam em “esquerda”, ávidos por demarcar espaços e chamar a atenção, com práticas conservadoras e questionáveis, para suas teses *pseudo revolucionárias*. Mesmo sabendo, através das respostas da sociedade, que não têm capacidade de convencimento, com isso, a ascensão ao poder – objetivo de qualquer

agremiação partidária que segue uma linha programática definida com base em ideais e idéias (ideologia), dentro de um regime democrático – não é atingida.

Alguns setores da esquerda brasileira, contrariando as lições de Lênin (vide o livro “*Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*”) e o que advertiu Trotsky no “*Capítulo 19 do Programa de Transição: Contra o sectarismo*”, vem agindo de forma contraditória, pois, ao negar os avanços que ocorreram no Brasil, nos últimos anos, presta um desserviço aos movimentos sociais organizados – que lutaram para derrotar a direita –, e **agride, de forma desrespeitosa, a capacidade do povo de enxergar e avaliar o que vem ocorrendo nas esferas sociais, políticas e econômicas do país, mesmo com as contradições de um regime democrático e de um governo, que dado a sua composição ampla, tem nos setores de direita uma disputa constante de projetos.**

- *No Brasil, ainda, existem muitas carências a serem supridas, mas não deve ser negado peremptoriamente os avanços alcançados, posto que significa negar a própria capacidade dos movimentos sociais organizados de lutar, resistir e de mudar, pois, foi exatamente graças ao poder de luta desses movimentos (notadamente de esquerda!) que se colocou no poder um legítimo representante da classe, oriundo do movimento sindical.*

Dessa forma, para que se preservem as conquistas e se garanta mais avanços, é de fundamental importância que a esquerda brasileira reveja seu papel e reelabore suas estratégias, incluindo nesta os movimentos sindicais e sociais, onde o **Coletivo Tribo e o campo cutista se integra.**

Determinados setores da esquerda, precisam ser mais pragmáticos e menos sectários; mais humanos e menos selvagens; mais solidários e menos individualistas. **Caso contrário, contribuirão para a condução de volta ao poder a direita reacionária, que explorou o povo brasileiro durante séculos, principalmente, se continuar em sintonia com o discurso de negação, que descaradamente fazem os neoliberais órfãos do poder.**

Na avaliação de seu papel e estratégias, alguns setores que se intitulam “esquerda” (se apropriaram desta área, como alguns tentaram se apropriar da cor “**vermelha**”, originalmente do **PT** e da **CUT**) devem, sobretudo, agir de forma propositiva, colocando a “mão na massa”, a fim de mostrar que também sabe fazer e não apenas discursar, caluniando, difamando, mentindo e tergiversando, como se estivesse acometida de uma patologia política, caracterizada pela cegueira sobre os fatos positivos e pela surdez, acerca das vozes daqueles que tem seus projetos básicos de cidadania atendidos. **A cura dessa patologia implica, também e fundamentalmente, em ter capacidade de dialogar para negociar e não agir, somente, na base do tudo ou nada, feito uma criança mimada, que apenas reivindica, exige e esperneia, mas não justifica, não argumenta e tampouco cede, a fim de avançar nas conquistas – como fazem os movimentos maduros!**

- *A esquerda comprometida, onde se situam os movimentos sociais e sindicais que não temem o cumprimento do seu papel, nada fácil, na disputa da hegemonia, tem no **Coletivo Tribo** a sua identificação. A esquerda comprometida tem lado – o lado da categoria que representa, acima de suas idiossincrasias e preferências políticas partidárias.*

Nessa perspectiva a *pseudo esquerda* brasileira e notadamente a que reivindica apenas para si este lado da história, desrespeitando aqueles que sempre estiveram na luta, deve estar atenta para não se tornar, apenas, ESQUERDISTA, posição cômoda do “omisso”, cujo papel é criticar sem consistência, com o intuito apenas de demarcar espaço e dificultar as relações interpessoais. Deve saber, ainda, que a crítica séria analisa a conjuntura e se baseia em argumentos teóricos válidos – sem os quais se torna estéril, inócua e inconseqüente.

- *A FASUBRA, com seus coletivos políticos, todos no campo da esquerda historicamente constituída, com formas diferenciadas de analisar a conjuntura e as estratégias do movimento, devem considerar o fato de que a Federação representa mais de 180 mil trabalhadores(as) e sua atuação, se mal conduzida, poderá arruinar o destino dessas vidas e de seus dependentes. Jamais deve*

repetir os erros cometidos no passado, com o intuito, apenas, de demarcar espaço e colher dividendos políticos para suas agremiações partidárias, em detrimento dos interesses maiores da categoria.

O compromisso de atuar com sobriedade e, sobretudo com lealdade, deve ser de todos(as), independente de seus interesses pessoais e do agrupamento em que milita. **O lado da FASUBRA e de seus coletivos - é ao lado da categoria e bem longe da direita.**

CUTISTA e TRIBALISTA

Diante deste quadro, e tendo por base a análise das Conjunturas Internacional e Nacional nos cabe como tarefa, **CUTistas** da base da FASUBRA, e à FASUBRA em seu conjunto, apontar as alternativas para a classe trabalhadora e dar conseqüência a uma jornada de lutas iniciada nesta década e consolidada em grande medida na Plataforma da Classe Trabalhadora lançada em conjunto com as demais centrais.

O movimento sindical em geral e a FASUBRA em particular deve interferir na disputa de projetos, em todos os espaços, para que se garanta na sua plenitude a independência e a autonomia sindical.

Como já visto e revisto por todos nós, as conseqüências de um movimento extemporâneo e que se negou a ter como centro as demandas da categoria, nos encaminhou a mais uma catástrofe e ao isolamento, exigindo de nossa organização um esforço hercúleo para ao menos resgatar em parte os prejuízos amargados pela categoria.

- *Diante desse quadro, e pelo pequeno espaço de tempo, a FASUBRA deve buscar unificar suas ações visando o avanço nas conquistas de interesse da categoria.*

PLANO DE LUTAS

- *Considerando não sermos uma ilha na sociedade globalizada e a necessidade da construção de uma frente ampla para o enfrentamento a uma política sem fronteiras que nos ameaça propomos:*
- *Atuar efetivamente nos fóruns da CEA contribuindo na elaboração e consecução de suas políticas;*
- *Consolidar nossos projetos na CONTUA de fortalecimento da organização dos trabalhadores(as) Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino das Américas de modo a lograr o reconhecimento de nosso papel como trabalhadores da educação e socialmente comprometidos;*
- *Buscar a implementação das bandeiras e participar dos fóruns da ISP;*
- *Promover um seminário internacional, junto a CONTUA, com painéis sobre a organização dos trabalhadores em educação das Universidades que compõem a base da CONTUA;*
- *Promover um seminário internacional, junto a CONTUA, com painéis sobre democracia nas Universidades Latino-Americanas e Caribenhas;*
- *Ampliar o debate sobre a importância e o papel destas organizações em nossa luta pelo resgate de um Estado voltado para a maioria da população;*
- *Defender a plataforma dos trabalhadores para o Brasil, encabeçada pelo conjunto das Centrais Sindicais;*
- *Resgatar os debates acerca da conformação e do papel do estado Brasileiro e sua interface com os projetos já aprovados por nossa categoria;*
- *Promover seminário de formação política com painéis de análise de conjuntura e organização do movimento sindical no Brasil;*
- *Instrumentalizar a categoria para a defesa de nossas bandeiras nesta nova conjuntura;*
- *Ampliar nossas ações junto a CUT e em consonância com a jornada de lutas da classe trabalhadora.*

RELAÇÕES DE TRABALHO - CARREIRA – TERCEIRIZAÇÃO
--

Inegavelmente todos reconhecem as grandes mudanças ocorridas no mundo do trabalho não só pelas inovações tecnológicas e novos processos de trabalho, mas também na redefinição dos espaços laborais que incidem na organização sindical e na identidade dos trabalhadores.

Assolado pela onda neo-liberal na década de 90, o Estado brasileiro sofre um esvaziamento em seu papel regulador e indutor do desenvolvimento, bem como de suas responsabilidades sociais para com a população.

A desestruturação do aparelho do Estado em função da redução do quadro de pessoal resultante dos programas de desligamento voluntário – PDV – e da ausência de concurso fez proliferar na administração pública o processo de terceirização nas áreas em que o Estado não conseguiu se desobrigar de suas atribuições, remetendo para a iniciativa privada, parcialmente os labores de infra-estrutura. Desta maneira a configuração da força de trabalho no setor público passa a comportar trabalhadores(as) com vários regimes e vínculos num mesmo ambiente.

A questão em pauta passa a ser a definição da identidade destes trabalhadores(as) e de sua base de representação. Neste aspecto os sindicatos da base da FASUBRA vivem em seu cotidiano um contraditório, qual seja: a campanha contra este modelo de terceirização tendo para isto a abertura de concursos para reposição do quadro permanente de pessoal, e pelo seu compromisso com a defesa dos(as) trabalhadores(as) em geral, acolhe em teu seio a defesa destes postos de trabalho.

Este debate precisa ser feito e com urgência, pois já se tem com mais frequência a incorporação dos trabalhadores celetistas terceirizados em seus quadros de filiados a exemplo do ocorrido outrora com os trabalhadores fundacionais. Este debate, contudo deve ter por horizonte a organização dos trabalhadores(as) na instituição tendo por consequência a retomada do debate acerca da organização por ramo de atividade e não por vínculo empregatício ou regime jurídico de trabalho, RJU e CLT.

No aspecto geral das relações de trabalho, dada a diversidade jurídica nestas relações, devemos construir um plano de ação que de conta do avanço necessário para corrigir as disparidades de direitos. Inevitavelmente esta batalha desembocará no congresso nacional seja em relação aos trabalhadores do quadro permanente – RJU – seja dos trabalhadores públicos e terceirizados – CLT.

Quanto as alterações no RJU e normas complementares, obrigatoriamente, o palco inicial do debate será a Secretaria de Relações de Trabalho do MPOG e a SESU no Ministério da Educação e para tanto as estratégias de negociação devem ser repensada para que a FASUBRA realmente se mostre disposta ao processo negocial.

No que tange ao regime celetista, em especial aos terceirizados, como este processo se constituiu num instrumento a mais de precarização e não somente no setor público devemos atuar de maneira mais contundente no Congresso Nacional pela aprovação do Projeto do Deputado Vicentinho, e defendido pela **CUT**, que traz um novo regramento para esta relação de trabalho de forma a garantir mais direitos a estes trabalhadores e por consequência melhores condições de trabalho.

Em algumas Instituições Federais de Ensino Superior, entidades sindicais da base da FASUBRA têm atuado de forma localizada junto aos gestores buscando garantir os direitos dos trabalhadores e um tratamento mais equânime a exemplo do que já se faz em relação aos trabalhadores fundacionais, porém os efeitos ainda são mínimos e, portanto é preciso um conjunto de ações nacionalmente articulado para que se tenha efeito.

- *Pensando na organização por ramo, independentemente do vínculo ou do regime, todos somos trabalhadores(as) em Educação em que pese os diferentes vínculos.*
- *Os(as) trabalhadores(as) terceirizados tem que ser tratados em suas especificidades, daí a necessidade do aperfeiçoamento do PCCTAE e o reconhecimento de uma condição diferenciada dentro da Instituição, não colide com a Idéia de corpo único de trabalhadores(as).*

Inseridos no ramo da educação porém, dentro de um ambiente mais amplo, da administração pública federal, deve contribuir neste processo, o aprimoramento do PCCTAE, com o remodelamento da gestão pública fazendo estender aos demais setores os avanços alcançados pela categoria dos trabalhadores (as) técnico-administrativos e incorporando das demais carreiras. Nesta perspectiva temos insistido na defesa do PCCTAE como instrumento de gestão, em todos espaços de disputa, como as oficinas junto ao MPOG como também na Conferência Nacional de Recursos Humanos, promovida a época pela SRH/MPOG.

- *O aprimoramento do **PCCTAE** nos impõe, a priori, fazer um diagnóstico de nossa categoria para reconhecermos o seu perfil e então buscar soluções para as distorções internas hoje apontadas.*
- *Este trabalho, essencial a qualquer projeto desta magnitude, foi apontado por nós, do **Coletivo TRIBO**, no GT-Carreira já em 2010, porém sem a compreensão ou por intenção em meio a uma disputa intestina, não teve avanço na base da categoria e por consequência debilitou nossa atuação junto a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira e mesas de negociação.*

Procurando recuperar o tempo perdido e os prejuízos arcados pela categoria, dada a uma política sectária, vide o fomento ao divisionismo interno, propomos a retomada imediata deste trabalho de levantamento de dados buscando a identificação de nossa realidade funcional, o perfil, a qualificação, o quantitativo de postos de trabalho – RJU e CLT – e o conseqüente repensar acerca do **PCCTAE**.

- *Para tanto há que se estabelecer, após a conclusão do trabalho retro mencionado, uma agenda nacional de debates e seminários em todas as bases da Federação, visando consolidar o PCCTAE como um projeto que reflita não só a vontade da maioria como ainda a realidade na qual estamos inseridos e o reconhecimento efetivo de nosso papel de protagonistas no processo de desenvolvimento da Educação brasileira.*

Não obstante a tudo isto devemos atentar para as medidas emergenciais de correção das distorções no PCCTAE e alterações que figuram na pauta da Federação sendo elas: a extensão dos incentivos a qualificação para todos, independentemente do Nível de Classificação, alteração dos níveis de Capacitação e do número de padrões salariais, reposicionamento dos aposentados e ainda a elevação do piso e step da tabela salarial vigente.

No campo geral temos que disputar junto ao MPOG em parceria com o conjunto dos Servidores Públicos Federais a definição das Diretrizes de Planos da Carreiras e luta pela aprovação da PEC da Ascensão Funcional.

DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA

Reconhecendo as diferentes missões e estruturas dos órgãos/instituições na esfera pública, mas primando por um fio condutor que estabelece nesta administração o atendimento ao direito do cidadão com qualidade, devemos estabelecer as Diretrizes para construção dos Planos de Carreira na Administração Federal de modo a se ter uma estruturação, mais homogênea possível, importando na valorização dos trabalhadores(as) e seu desenvolvimento de forma isonômica, vinculado à missão do órgão/instituição.

- *Tais diretrizes deverão prever a isonomia salarial de pisos e tetos entre as estruturas salariais de funções semelhantes em sua natureza e complexidade de seu fazer laboral; a instituição, em cada carreira, de políticas de capacitação e qualificação vinculadas ao plano de desenvolvimento dos órgãos/instituições; programas de avaliação de desempenho, em que prevaleça o caráter pedagógico, tendo como objeto e objetivos o desenvolvimento do trabalhador e o aprimoramento dos processos de trabalho numa estrutura democrática aberta aos interesses sociais.*

ASCENSÃO FUNCIONAL

A instituição das DPC deve vir obrigatoriamente acompanhada do instituto da progressão (ascensão) funcional, instrumento que permite o desenvolvimento pleno do trabalhador em sua função pública. A ausência deste instituto tem feito prevalecer na administração pública a figura dos PCSs (Planos de Cargos e Salários) que se prestam ao agrupamento de cargos e estabelecimento de suas respectivas tabelas salariais.

Buscando recuperar este instrumento, a FASUBRA atuou junto ao parlamento revertendo o voto contrário do relator da PEC, à época, e ainda junto ao presidente da Câmara para inclusão na pauta de votação em plenário. Nesta jornada a CUT teve papel importante abrindo espaços no parlamento para nossa atuação.

Sabendo da interface necessária entre modelos de estado, de gestão e diretrizes de planos de carreira e por se tratar de uma real transformação da gestão pública sob nossa ótica propomos:

PLANO DE LUTAS

- *Assegurar a rearticulação das entidades representativas dos trabalhadores para este debate;*
- *Reafirmar a carreira enquanto instrumento que, por excelência, organiza e hierarquiza as atribuições dos servidores públicos e institucionaliza programas de desenvolvimento;*
- *Reafirmar as diretrizes de DPC pactuadas na bancada Sindical em 2003;*
- *Garantir a alteração na Constituição Federal instituindo o Direito a Negociação Coletiva no serviço público;*
- *Garantir o regramento na Mesa Nacional de Negociação Permanente;*
- *Lutar pela aprovação da PEC 257 - Ascensão Funcional.*

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL

Unidade na Luta, Liberdade e Autonomia sindical

“A unidade é a variedade, e a variedade na unidade é a lei suprema do universo.” Isaac Newton

A perspectiva da unidade do conjunto dos trabalhadores técnico-administrativos das IES, deve se dar com respeito absoluto às convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. Este patrimônio político da FASUBRA tem legitimado a ação dessa entidade, na busca da unidade do conjunto da categoria, e na defesa intransigente de seus interesses, que deve estar acima dos interesses políticos partidários ou da disputa fratricida pelo aparelho sindical.

Em pleno séc. XXI ainda está na agenda dos trabalhadores a luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais.

Ao longo de toda a história do sindicalismo, observam-se algumas concepções políticas que, por dificuldades concretas ou equívocos profundos, são incapazes de desenvolver, na prática, um sindicalismo de massas. Há propostas políticas que subestimam a importância estratégica das lutas reivindicatórias, as conquistas econômicas concretas das lutas sindicais, para impulsionar o projeto histórico da classe trabalhadora.

É legítima a luta dos(as) trabalhadores(as) por salários e melhores condições de trabalho. A relação capital x trabalho, coloca na agenda sindical o embate e confronto com o estado em torno desta agenda. Esta luta não deve vir descolada da disputa de concepção de estado e de relações de trabalho. O sindicato neste contexto deve ser um instrumento prático, de ação e de luta, atuando de forma qualificada e protagonista na luta em defesa dos interesses da classe e da transformação social. A unidade e solidariedade de classe, deve nortear, sempre, a ação sindical na luta a favor dos interesses da categoria, contra projetos que retirem direitos.

A base do exercício de um sindicalismo classista, forte e combativo, deve se articular a democracia e liberdade de organização sindical, comprometida na luta por direitos humanos e democráticos, não como obrigação, mas sim, como uma questão fundamental de classe.

- *O movimento sindical não deve cometer o erro de importar práticas do poder constituído, que contestamos, para o cotidiano de nossa organização. Por isso o exercício da democracia e do respeito às diferenças de pensamento, para além do discurso, é fundamental para o fortalecimento de nossa estrutura.*

A democracia e liberdade de organização sindical, reivindicada pelos trabalhadores e em particular pela **CUT**, não tem logrado êxito. Em que pese a importante vitória simbolizada com a ratificação da Convenção 151 da OIT, após 20 anos de sua assinatura, ainda não foi regulamentada, mantendo os trabalhadores do serviço público refém da vontade de governos e sem uma Política Salarial definida.

- **O XXI CONFASUBRA** deve aprovar dentre suas prioridades, a luta pela regulamentação da negociação coletiva, em consequência a ratificação da convenção 151 da OIT.

O movimento sindical deve dar centralidade a luta pela institucionalização do Sistema de Relações Democráticas na relação entre o estado e seus trabalhadores.

Diante da cultura imposta baseada numa relação unilateral entre estado e trabalhadores, torna-se urgente sedimentar uma nova cultura de relações de trabalho, a partir dum processo negociado. Essa nova cultura deve se dar através de legislação de apoio acerca da Organização sindical; do Mandato classista; da Negociação coletiva e da Garantia do Direito de greve.

A concepção sindical do Projeto cutista

A origem das divergências com outros setores do movimento sindical deu-se a partir da concepção de democracia sindical e na defesa da livre organização dos trabalhadores como aspecto fundamental para a luta das massas e para a construção da unidade da classe trabalhadora. Esse modelo sindical só é factível nos marcos da plena liberdade e autonomia.

A **Convenção 87 da OIT** reforça que a unidade é a expressão da vontade política e da democracia dos trabalhadores. O cotidiano da luta sindical demonstra que a Unicidade sob o rigor da Lei não será alcançado. A CUT desde a sua fundação defende essa posição. Isso significa que os princípios de liberdade e autonomia sindical devem estar inscritas na legislação, necessitando para tanto mudanças na Constituição, rompendo definitivamente com o modelo celetista.

A luta pela construção de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho

A luta por uma reforma da estrutura sindical que amplie o poder de negociação dos sindicatos, possibilite a criação dos sindicatos por ramo de atividade, a organização no local de trabalho, reconheça as Centrais Sindicais e o pleno Direito de Greve entre outras bandeiras, ficou expressa nas posições defendidas pela CUT no Fórum Nacional do Trabalho. A Central defendeu os direitos e interesses dos trabalhadores, impedindo que os debates sobre a Reforma Trabalhista fossem uma mera apresentação de pauta do setor patronal para flexibilizar direitos.

Essa posição foi defendida junto às demais Centrais Sindicais que participaram do Fórum, buscando a unidade e construindo consensos, sem abrir mão de nossos princípios.

Modernizar as relações de trabalho significa promover a sua democratização como condição básica para a consecução dos objetivos gerais apontados. A democratização das relações do trabalho obtém-se através da criação de mecanismos capazes de proporcionar maior equilíbrio de poder entre capital e trabalho dentro do sistema produtivo.

Para tanto é necessário proporcionar aos trabalhadores e as entidades sindicais, ritos bem definidos do processo negocial e de instrumentos próprios de defesa nos momentos de conflitos. Essa regra está garantida nas Convenções Internacionais da OIT que garantem os direitos básicos de organização e negociação, devendo-se promover o cumprimento e a aplicação das Convenções que já foram ratificadas como a 98, 135 e 151. Para consolidar o sistema é necessário ainda, ratificar as demais Convenções que tenham interface com a temática, como a 87 e 154, sobre Organização, Representação e Negociação Coletiva.

- *Os trabalhadores precisam de se apropriar do conteúdo destas convenções para se qualificar na disputa.*

Essas convenções já foram consignadas pelos governos brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio, entendidas como fundamentais para a regulação das relações trabalhistas no Mercosul.

Servidores Públicos - Organização e Negociação

O serviço público no Brasil está organizado nas esferas federal, estadual e municipal, nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Possui aproximadamente nove milhões de trabalhadores com diversos vínculos empregatícios: estatutário, celetista, temporário e outros.

O trabalho no setor público não segue os mesmos parâmetros econômicos do setor privado, onde jornada, salário, ritmo de trabalho e tecnologia têm relação direta com a produtividade e o lucro. Não há contrato de trabalho com o Estado. As transformações econômicas (globalização financeira) e ideológicas (substituição do keynesianismo pelo equilíbrio fiscal), sob a lógica da diminuição do Estado e dos cortes orçamentários cada vez mais acentuados, a pretexto de um modelo mais eficiente de atuação, resultaram em uma desestruturação do Estado brasileiro e não significaram uma melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Em um contexto de transição política da ditadura para a democracia e em um momento de crise fiscal e financeira do Estado, se constitui o sindicalismo no serviço público brasileiro, dando um sentido mais amplo a luta específica por salários e melhoria das condições de trabalho, articulada a luta pela democracia.

O diagnóstico demonstra que na maioria das carreiras e/ou Planos de Cargos e Salários do serviço público a política de gratificações contribuem tanto para a distorção entre ativos e aposentados, quanto entre as diferentes carreiras, reforçando a desigualdade entre servidores de cargos correlatos. A flexibilização nas formas de contratação, hoje existentes na administração pública, ampliam ainda mais as diferenças.

A irregularidade da situação, fragiliza as relações de trabalho no setor público e a conseqüente instabilidade que gera na sociedade. O movimento sindical no setor público vive o conflito de estar pautado pelo direito administrativo, com pouca margem para a negociação direta e muitas vezes pouca disposição por parte dos gestores, que não vêem a implantação de um sistema de negociação coletiva como um instrumento de gestão.

A inexistência de legislação para a constituição de sindicatos no setor público propiciou ao movimento sindical estabelecer uma forma livre e independente de organização, resultando na existência de uma multiplicidade de formas de organização.

A conquista do direito à livre organização sindical, na CF de 1988, não alterou as características básicas da organização do funcionalismo público, nem instituiu a contribuição sindical obrigatória, a unicidade sindical por lei, a base territorial e nem o poder normativo da Justiça do Trabalho.

- O Projeto que regulamente a organização sindical, deve prever a garantia da negociação com resolutividade, a liberdade sindical, mandato classista, e punição as práticas antissindicais.

Negociar: a arte do possível – comprometida com o interesse da categoria

*“Negociação é a arte de chegar a um acordo sem ceder nos princípios. Fora de situações limites, o confronto apenas infla o ego de quem agride.”*Frei Beto.

A CF-1988, ao garantir o direito de organização e representação sindical dos(as) trabalhadores(as) do setor público, proporcionou avanços no processo de negociação, ainda não consolidado dado a inexistência de uma Política Salarial.

A década perdida de 90, sob a batuta de Collor e FHC, ápice do neoliberalismo no Brasil, aprimorou a precarização das relações de trabalho, a ampliação do confisco dos direitos, e a consolidação da terceirização no setor público.

O cotidiano da ação sindical combativa e racional, exige análise do contexto, construção de estratégias e ações táticas, que possibilitem construção de diferentes ações como formulação de projetos, mobilização, greve, articulação, organização, etc..

Essas ações são o arcabouço no processo de negociação, onde sempre haverá disputa de interesses. A permanente disputa de idéias contra hegemônicas, a luta pela conquista dos direitos dos trabalhadores, a luta de classes, o cotidiano da ação sindical, alicerçada em análise das táticas e estratégias, são ferramentas essenciais da organização sindical.

O enfrentamento ao governo, em momentos de conflitos requer, preliminarmente, o conhecimento do contexto, ou seja do “espaço onde se travará a luta”, por se constituírem em “ verdadeiros campos de batalhas”. O domínio dos cenários, da correlação de forças, a construção de alianças pontuais internas e externas ao processo negocial – arregimenta maiores possibilidades de vitórias no embate, aliada, necessariamente, à disposição de luta do conjunto da categoria, que para ser mobilizada e sentir-se segura com relação a coordenação da luta, precisa ter informações diárias das preliminares da luta, do contexto, cenários e ações estratégicas.

É impossível pensar uma nova política nas relações de trabalho, tendo como instrumento de organização dos trabalhadores as velhas estruturas celetistas, bem como o quadro atual de pulverização dos sindicatos. Na verdade a capacidade de negociar é fruto da capacidade sindical de perceber determinadas mudanças sociais e econômicas na vida da sociedade.

- *É importante avançar na luta pela contratação e negociação coletiva para os trabalhadores do serviço público, com base nas discussões sobre o contrato nacional de trabalho, mantendo e fortalecendo as organizações por local de trabalho e criando a OLT onde não existe.*

Prioridades para o período

O discurso que se apresenta consensual, quanto a concepção de estado, modernização e justiça social, pelo fim da corrupção, da sonegação fiscal, da fraude, da má gestão dos recursos e dos serviços públicos deve ser traduzido em propostas concretas que viabilizem o cumprimento de direitos, o controle e a gestão democrática dos fundos sociais e do patrimônio público.

- *Para isso a FASUBRA precisa trabalhar temáticas que ampliem a sua agenda corporativa. Os trabalhadores devem lutar para conquistar sua condição de cidadãos plenos. Essa é a condição para efetivamente combater o poder do capital, e defender os interesses coletivo.*

Imposto Sindical

Esta na ordem do dia o debate sobre Imposto Sindical, inclusive sendo banalizado, como fato consumado, por alguns setores do movimento sindical. Mantemos nossa posição contrária a cobrança compulsória de taxas para a manutenção da estrutura sindical. Os trabalhadores devem definir qual a melhor forma de se organizarem (liberdade de organização) e a forma de financiamento das lutas.

- *Defendemos que os sindicatos devem sobreviver das mensalidades sindicais e das taxas assistenciais, definidas em assembléia das categorias profissionais.*

A herança do imposto sindical reforça estruturas sindicais que não defendem os interesses dos trabalhadores. A sustentação financeira deve estar calcada na contribuição sindical espontânea e não compulsória.

- *O XXI CONFASUBRA precisa reafirmar a sua posição histórica contrária ao Imposto Sindical.*

Estamos ao lado da CUT, em sua ação questionando judicialmente a ampliação do imposto sindical para os servidores públicos conforme portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

Formação dos Sindicatos no Serviço Público

A formação dos sindicatos dos(as) trabalhadores(as) do serviço público encontra sua origem no processo de "redemocratização" da sociedade brasileira, através das lutas democráticas desenvolvidas pela classe trabalhadora a partir do final da década de 70. Esse processo possuiu desde o seu início, uma permanente busca pela construção da cidadania dos(as) trabalhadores(as) do serviço público e da classe trabalhadora do Brasil.

A organização do movimento dos servidores públicos federais se deu a partir da construção do RJU e das Diretrizes do Plano de Carreira. Antes não havia elementos que unificassem a atuação desse setor.

A organização dos sindicatos de trabalhadores(s) dos serviços públicos, em diversos ramos de atividade, acontece com a retomada do movimento sindical no Brasil e desenvolveu-se nos marcos da discussão do projeto cutista.

- *A discussão da questão sindical na FASUBRA deve necessariamente ser feita nos marcos das concepções defendidas historicamente pela categoria, na construção de uma alternativa global dos trabalhadores, na superação das relações capitalistas de trabalho, da construção dos ramos de atividade, da prática radical da liberdade e autonomia sindical, da construção da democracia e de uma cidadania radical dos trabalhadores.*
- *Discutir a organização sindical da FASUBRA é discutir a sua relação com uma Central, a partir dos pressupostos que norteiam a atuação da mesma.*
- *É inconcebível, que uma Federação do porte da FASUBRA, dado a sua atuação estratégica no ramo da educação, em particular no nível do 3º grau não seja filiada a uma Central.*
- *A FASUBRA deve enfrentar o debate de filiação a uma central e o conjunto da categoria deve aceitar a opção democrática da maioria de sua base.*
- *A FASUBRA deve priorizar o debate sobre estrutura e organização sindical, para os trabalhadores(as) das três esferas do serviço público.*

Dado os movimentos setorializados que iniciam-se em nossa base, entendemos que devemos pautar a discussão acerca das condições objetivas para potencializar ao máximo a disputa global de projetos alternativos na sociedade, como exemplo, o **Projeto de universidade cidadã para os trabalhadores, projeto de Hospitais Universitários, Projeto de Carreira.**

É necessário um repensar dos paradigmas da ação sindical. Reafirmamos alguns princípios básicos, já aprovados em Confasubras anteriores, que devem compor o Estatuto Mínimo dos Sindicatos da base da FASUBRA:

- a) Não ao recolhimento do Imposto Sindical ou qualquer outra taxa compulsória;*
- b) Proporcionalidade qualificada em todas as instâncias;*
- c) Direção Colegiada;*
- d) Rotatividade dos mandatos e dos dirigentes liberados;*
- e) Revogabilidade dos mandatos dos dirigentes sindicais;*
- f) Critérios para sustentação financeira dos diretores liberados, respeitando o princípio da proporcionalidade;*
- g) Mandato de no máximo 3 anos para entidades nacionais, com direito a uma reeleição;*
- h) Prestação de contas periódicas e obrigatórias, aprovadas pelas instâncias máximas de deliberação, com proibição de concorrer às eleições no caso de rejeição das contas de diretores ou diretoria em conjunto;*
- i) Conselho fiscal autônomo e eleito de forma independente da direção;*
- j) Autonomia política, financeira e patrimonial dos sindicatos;*
- k) Organização por Local de Trabalho e existência de Conselhos de Base como instâncias superiores às Direções Colegiadas;*
- l) Elaboração e Gestão financeira sob a forma do Orçamento Participativo;*

m) *Percentual unificado de contribuição em todas entidades filiadas, incidindo sob o total da remuneração dos trabalhadores;*

n) *Incluir na base dos sindicatos o conjunto dos trabalhadores que atuam nos locais de trabalho dos Ramos, independente da forma de contratação ou regime de relações de trabalho, atuando com vistas a unificar as mobilizações e negociações;*

o) *Existência de Congressos periódicos e de fóruns nacionais com composição determinada pela participação direta e proporcional ao número de trabalhadores na base.*

FASUBRA DESFILIAÇÃO DA CUT

Junho de 2012 completa 03 de desfiliação da CUT. Neste período, embora desvinculada institucionalmente, a FASUBRA manteve relação direta com a Central, inclusive do ponto de vista formal, solicitando mediação da CUT em vários momentos de conflitos e impasses na relação dessa Federação com o Governo.

Temos a convicção quanto a necessidade da FASUBRA pautar o debate sobre a sua relação formal com uma Central Sindical, pois somos coerentes quanto a necessidade do fortalecimento de nossas representações nacionais sindicais como fator estratégico na luta unitária dos trabalhadores.

Somos cutistas, por que defendemos o patrimônio construído pelos trabalhadores, sejam sindicatos, federação ou centrais. A disputa deve se dar por dentro da estrutura e não de fora “jogando pedras”.

- *O desafio da CUT, enfrentado desde sua criação, quanto a necessidade da consolidação de um modelo organizativo que materialize os princípios e compromissos fundamentais dos(as) trabalhadores(as) está na ordem do dia. Esta construção só é possível em um processo democrático de debate que seja capaz de extrair de nossas bases e direções o melhor de suas experiências e reflexão criativa, buscando novos caminhos, novas alternativas que permitam, não destruir, mas sim aperfeiçoar nossa estrutura organizativa.*

2008, 2009 e 2010 - força do Acordo firmado com o Governo em 2007, o conjunto da categoria, através do reajuste da tabela do PCCTAE obteve ganhos importantes do ponto de vista salarial, mas não conseguiu avançar nos demais itens do acordo que possibilitasse conquistas a partir de 2011.

- *Neste período tivemos em todos momentos, o apoio da CUT, pautando as demandas da FASUBRA em todos espaços institucionais em que se fez representar.*

A INTERVENÇÃO NA DISCUSSÃO DA ESTRUTURA SINDICAL

O resgate da história da FASUBRA, num momento de renovação de sua base, constitui-se em mais uma ferramenta para contribuir com a reflexão coletiva do presente e a construção do futuro.

A **FASUBRA**, como grande parte das entidades sindicais dos servidores públicos, surgiu da transformação de uma entidade que se organizava apenas como assistencialista. Na sua fundação, objetivava tão somente, desenvolver ações assistenciais e legitimar ações do governo.

- *Foi a conscientização dos trabalhadores(as) das universidades que levou à sua efetiva transformação em uma entidade sindical combativa.*

Os trabalhadores(as) Técnico-Administrativos em educação das Universidades, em sintonia com os avanços da classe trabalhadora, assumem a direção da FASUBRA impondo uma mudança de rota rumo à defesa de nossos direitos, rompendo com as ligações umbilicais estabelecidas entre sua direção e as direções das instituições sob o controle do governo.

O projeto inicial de constituição da FASUBRA preservou a idéia de Federação pretendendo representar o conjunto dos trabalhadores(as) de todos os setores da Educação pública e privada, abrangendo os setores do 3º grau (professores e técnicos-administrativos)

numa mesma Federação Nacional, estruturada em Sindicatos Estaduais. No entanto isto não se viabilizou e acabamos nos circunscrevendo à representação dos trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais do Ensino Superior, incluindo algumas Instituições Públicas de Ensino Técnico e Tecnológico.

- *Reafirmamos nossa concordância com a perspectiva estratégica da unificação de todos os trabalhadores(as) da educação no mesmo ramo de atividades.*

Pavimentando este caminho de ruptura com a velha ordem e se sintonizando com os avanços do movimento sindical nossa categoria aprova a filiação de nossa Federação a **CUT**, em 1986, em Cuiabá/MT – **III CONFASUBRA**.

A QUEM INTERESSA A DESTRUIÇÃO DA FASUBRA - DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES NA LUTA

A introdução das novas tecnologias e métodos de gestão, a renovação da base da categoria, a partir dos concursos no Governo Lula, bem como a (re)organização dos blocos econômicos devem ser consideradas na discussão estratégica do movimento sindical. As novas tecnologias devem ser apropriadas pelo conjunto dos(as) trabalhadores(as).

A FASUBRA composta por forças políticas tem o compromisso de defesa de classe, articulada a luta contra o neoliberalismo, e construção de uma sociedade justa, igualitária e socialista, numa ação articulada nacionalmente e internacionalmente através do estreitamento dos laços solidários e combativos com nossos companheiros militantes sindicais de outros países.

- *A defesa do emprego, a democracia das Universidades, e melhores condições de trabalho e salário, devem ocupar papel de destaque.*

A nossa ação deve estar embasada nas deliberações das instâncias da Federação, articulada aos interesses da base que representa a partir da sua vontade.

- *Em que pese as diferenças em táticas de disputas, não podemos permitir uma fragmentação de nossa luta. Temos necessidade da construção da Unidade "real" dos trabalhadores e em particular dos trabalhadores das IES.*

Nesta conjuntura aqueles que defendem o interesse da categoria, não conceberão o acirramento centrado em bases falsas, apenas com o intuito de disputa de posições.

A falta de compromisso na defesa do patrimônio - FASUBRA coloca em risco essa organização dos trabalhadores. Tem que ser feito o debate franco da construção de prioridades em nossa ação, numa perspectiva de continuarmos numa luta para defender o interesse da categoria e não de agrupamentos políticos, que vêm na FASUBRA apenas um aparelho de disputa.

Na definição de prioridades, precisamos garantir a "defesa" do movimento dos trabalhadores(as) técnico-administrativos das IES, pois para derrotarmos o neoliberalismo, implementando o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores; a defesa dos Hospitais Universitários; o Projeto de Carreira Unificada Nacionalmente(1994); um Serviço de Saúde Unificado, democrático e com qualidade social, rumo a uma sociedade justa, igualitária e socialista, salários dignos, **precisamos continuar existindo, enquanto representação viva e ativa, representativa legítima e legalmente dos trabalhadores em educação técnicos administrativos das IES.**

As mudanças no perfil do trabalhador

A partir de 2003, 44.928 trabalhadores(as) adentraram aos espaços da Universidade, através de concurso público, com um perfil diferenciado dos trabalhadores que ingressaram nas Universidades nas décadas passadas. A maioria ainda encontra-se distante da militância sindical. Esses desafios reforçam a tese da necessidade da Organização dos Trabalhadores nos Locais de Trabalho, através de conselhos de base, ao mesmo tempo em que é muito importante a organização e a presença do sindicato na base, no local de trabalho.

Isso pode ser alcançado com a presença do diretor sindical, mantendo sua ação no seu local de trabalho. A liberação sindical é fundamental para o exercício do mandato classista, mas isto não deve significar a ausência do diretor na base e a manutenção de sua relação com o seu Local de Trabalho.

Além disso é necessário um Programa de Formação arrojada, com temas que resgatem a história de lutas do movimento sindical brasileiro e da FASUBRA.

Desafios para a Direção do movimento

No movimento sindical, existe um consenso dos inúmeros desafios, que se apresentam, impostos pela conjuntura, cujos desdobramentos tem pavimentado a derrocada do modelo neoliberal, exaurido nesta faceta, em meio às especulações e manipulações financeiras, ocorridas por décadas, o que aumenta nossas responsabilidades, enquanto protagonistas na luta pela mudança global e local.

Os desafios impõem à reflexão coletiva, quanto aos atributos e competências que devem ter esses protagonistas. Inicie questionando sobre o conhecimento que devem ter esses atores, acerca do funcionamento da entidade que representam: qual a cultura interna, qual o perfil da Base que representa, que relações possui com outras entidades, sua história e suas conquistas, que papel irá desempenhar e, principalmente, se seu perfil está condizente com o cargo que ocupa na estrutura sindical.

- *Estes questionamentos demandam o investimento em processo de formação continuada, política e sindical. Modelos históricos de formação básica devem ser recuperados, para nivelar conhecimentos dessa nova onda de trabalhadores que ingressam nas Universidades, que não acompanharam a luta pela redemocratização no país, pela democratização da Universidade e pela afirmação de nossa identidade. Temas como, História do Movimento Sindical, Concepções Sindicais, Transformações do Mundo do Trabalho e Análise da Conjuntura, Projeto de Universidade, Projeto de Carreira, devem ser colocados na pauta.*

Outras preocupações dizem respeito ao funcionamento interno da máquina sindical e seu processo de evolução, em relação às práticas cotidianas de seus diretores.

Compete ao sindicalista, ainda, buscar a informação, de todas as formas possíveis, seja através de jornais, revistas e telejornais a fim de compreender o que se passa no mundo ou através de livros e periódicos apropriados para adquirir aprofundamento teórico, com o objetivo de qualificar suas ações práticas como sujeito crítico da realidade e legitimar sua representação, buscando o aprimorando de seu desempenho frente a seus debatedores.

Nas tarefas externas do sindicalista estão o contato permanente com a base, a fim de ouvir suas demandas e estimular sua participação nas atividades sindicais. Sem isso a representação se torna inócua e ilegítima. É importante que se criem fóruns apropriados para que a base expresse seus sentimentos e democraticamente elejam suas prioridades.

- *Além disso a **avaliação contínua** deve ser o foco do método de nossa ação. Somos bons avaliadores, mas resistimos a nos auto-avaliar.*

Mesmo diante de uma diretoria de composição proporcional, que contempla os coletivos políticos organizados na FASUBRA, todas as ações devem ser planejadas e avaliadas constantemente, de acordo com as demandas da base e as possibilidades da entidade, sem perder de vista o equilíbrio financeiro e a isenção política e partidária.

- *Essas competências e recomendações, nada valem se ao ocupante de cargo sindical faltar firmeza de caráter e idoneidade ética e moral – atributos indispensáveis para que se garanta, à liderança ou representação de classe.*

Papel da Direção Nacional da FASUBRA

O dirigente comprometido agrega, entre seus compromissos, o de não incentivar o divisionismo, com base em práticas anti-sindicais. A disputa política é importante, mas a divisão da categoria só enfraquece a FASUBRA.

- *Reafirmamos que não está na natureza de Federação, o caráter mais ou menos democrático ou combativo de uma organização sindical, mas sim na política, na prática, na ética de seus dirigentes e nas estruturas que as definem.*

GREVE DE 2011

A Greve de 2011 tem registros importantes que não devem ser esquecidos, dentre eles as práticas anti-sindicais, que colocam em risco um organismo tão importante, patrimônio dos trabalhadores que é a FASUBRA.

Arriscaram tudo na tentativa de derrotar dois campos políticos da FASUBRA – CUT e CTB. Não conseguem fazer o debate e a disputa no campo das idéias. Assim partiu-se para o “vale tudo”. Não entramos nesse jogo, e graças a nossa atuação, mesmo com a Greve derrotada, mantivemos a FASUBRA enquanto ferramenta de luta e disputa.

Não nos interessa a tese de “terra arrasada”, ou de destruir para construir. Essas páginas da história fascista não coadunam com os princípios do movimento sindical. Temos que lutar pelas nossas convicções sempre, mas com respeito aos nossos adversários.

Utilizar Greve para derrotar campos políticos opostos, utilizando de todas formas de artimanhas para tal, como denúncias falsas, desrespeito as decisões de Assembleias de base, desqualificação das bases que possuem posição diferentes, agressões pessoais e físicas, ofendendo a moral e a ética de companheiros de lutas não devem mais acontecer, sob pena de colocar o movimento sempre na rota do atraso e da derrota.

Na Greve de 2011 a legítima e salutar disputa de idéias foi rebaixada à desqualificação do campo cutista e cetebista, através de práticas jamais vistas em outras épocas.

Os interesses da categoria foram secundarizados. Tais posturas devem ser consideradas, no Balanço da Greve como alguns dos motivos que inviabilizaram ganhos para a categoria. São práticas anti-sindicais que não combinam com a histórica forma de atuação da FASUBRA.

A prova cabal de que o interesse da categoria ficou em segundo plano reside nos discursos revolucionários que justificam a deflagração da greve sob a alegação de que o documento assinado pelos secretários da SESU e da SRH não mereciam confiança e nem dava a devida garantia ao processo negocial chegando ao final deste processo com um debate acerca da proposta apresentada verbalmente pelo governo aos representantes das Centrais Sindicais.

Em meio a este percurso, mudando de tática, começam a solicitar outros documentos aos mesmos signatários do primeiro, chegando ainda pedir ao MEC a intermediação neste processo junto ao MPOG. **Incrível, pedir apoio do governo a greve contra o governo é realmente uma inovação revolucionária.**

Resumindo, partindo da arrogância frente a um compromisso firmado em documento chega-se ao final da greve, talvez pela tomada de consciência do prejuízo gerado para a categoria, a discutir alternativas calçadas apenas em palavras presas ao ar.

A marca do CNG, dirigido pelo VAL e pelo BASE, com as devidas exceções, foi de extrema arrogância. Em face da sua maioria política circunstancial, não era admitida a construção coletiva. O mais lamentável é que membros da própria Direção contribuíram para o tensionamento das relações no CNG.

Na Greve, a DN errou ao abdicar do seu papel de dirigir e coordenar. Não houve esforço de pensar coletivamente, analisar cenários e construir ações com objetivos claros, que possibilitassem trazer conquistas para a categoria. O isolamento da Greve, mesmo com a realização de marchas e atos nacionais, tendo em vista a proximidade do prazo de fechamento do orçamento/2012, fez com que o CNG solicitasse às centrais sindicais e à representação do PT e do PCdoB que as mesmas procurassem o governo, buscando apresentação de contra proposições para superar o impasse. A posição do governo, repassada por esses intermediadores, não foi acatada pelo CNG que, de forma unânime, foi contrária a rebaixar o eixo da Greve. Passaram-se mais de 15 dias nessa expectativa, o que deixou o CNG em compasso de espera e as lideranças do movimento sem capacidade de pensar alternativas, visto que o debate interno, com racionalidade, em momento algum foi possível.

Traídos e Traidores

“Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade”. Kalil Gibran.

Lamentavelmente, o interesse da categoria ficou relegado a um segundo plano. As discussões não foram pautadas sobre o quê fazer para trazer conquistas para a categoria, mas, sim, em como atuar para derrotar o campo cutista e cetebista!

- *O saldo da Greve comprova que foram canalizadas energias para calúnias e difamações em detrimento do objetivo central da Greve. Mentiras de falsificação de documentos oficiais do governo. Desqualificação de companheiros de longos anos de luta. Os mesmos que apontavam o dedo acusando companheiros(as) da DN do campo cutista e cetebista agora trocam acusações entre si – prova de que essa prática é insana e inconsequente!*

O que pode ser verificado foi a **ausência total da tolerância e de diálogo, o que dificultou sobremaneira a construção da unidade na ação, mesmo com a diversidade de pensamento, como o melhor caminho a trilhar.** Aliado a isso, as ameaças, incentivadas por alguns diretores da FASUBRA, num desrespeito frontal ao estatuto e à democracia dessa entidade, questionando o mandato de parte da direção da FASUBRA, acirrou o divisionismo na categoria de técnico-administrativos em educação.

- *Não existem traidores e nem traídos na FASUBRA! Todos os debates foram realizados abertamente e disputados democraticamente, sejam nas assembleias de base, nas plenárias da FASUBRA ou no CNG. Portanto, essa acusação não cabe a nenhuma força política organizada na FASUBRA que, no exercício de sua autonomia, tomou as suas decisões.*

Os dirigentes da FASUBRA e o conjunto da categoria viram-se envolvidos na “trama” tecida pelas contradições do próprio movimento. Cabe aprender e não mais repetir a prática da arrogância política de maioria circunstancial. A direção do movimento deve assumir o papel de condutores da luta, não apenas marchando, mas avaliando o caminho trilhado.

Continuaremos atuando para dar consequência às aspirações da categoria e respeitando nossos adversários políticos, sem jamais caluniá-los ou golpeá-los, da forma como fomos atacados!

PLANO DE LUTAS

1. *Lutar pela ratificação da Convenção 87 da OIT e a aprovação de um projeto de lei que garanta a liberdade de organização sindical no local de trabalho, criando mecanismos de punição eficazes para as práticas anti-sindicais.*
2. *Garantir que a elaboração do projeto de lei sobre financiamento sindical incorpore os princípios da CUT sobre liberdade e autonomia, respeitando a soberania das assembleias de base na definição da forma de financiamento das entidades sindicais.*
3. *Lutar pela Regulamentação da Negociação Coletiva em caráter de Urgência.*
4. *Garantir o direito irrestrito à greve.*
5. *Aprovar a filiação a uma central.*
6. *Decidir qual Central a FASUBRA deve se filiar.*

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL PARA TRANSFORMAR O BRASIL

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire.

O Brasil para avançar nas transformações sociais, com oportunidades iguais a todos cidadãos e cidadãs, deve priorizar o investimento em Educação.

A Educação de qualidade social, universalizada e democrática, ao alcance de todos é um instrumento de emancipação social e deve se comprometer com a formação de jovens e adultos de posse de conhecimentos, que possibilite a sua compreensão crítica.

Além de reafirmar o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores, o **XXI CONFASUBRA** tem como desafio, **construir um Plano de Lutas que dê visibilidade e prioridade em sua pauta reivindicatória à implementação da Autonomia com Democracia nas Universidades Brasileiras, e a ampliação das fontes de financiamento da educação.**

O **Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores**, deve ser um instrumento de luta contra a privatização do ensino superior, nas facetas de gestão externa, em defesa de sua democratização e universalização do acesso.

Dados estatísticos comprovam que a Educação Superior Pública tem ocupado um espaço aquém de sua função estratégica. Ainda tem muito a avançar para se constituir em um instrumento para o desenvolvimento com inclusão social e que possa apresentar alternativas anticíclicas ante as crises do sistema capitalista.

O **PUCT**, mesmo não rompendo com os vícios existentes nas Universidades Públicas Brasileiras, como cobrança de taxas, precarização das relações de trabalho, convivência com Fundações de Apoio Privadas, falta de democracia desde o acesso, a gestão até a produção do conhecimento, de constituirá em instrumento formador para a atual e futuras gerações na compreensão política sobre o papel da Universidade.

É fato a expansão da Universidade Pública nos últimos anos, mas muito ainda há para fazer.

O **Coletivo TRIBO**, tem atuado fortemente, dentro de seus espaços de organização política, na implementação das políticas aprovadas na Conferência Nacional da Educação – **CONAE**, por entender que a **conjuntura exige do movimento sindical uma postura propositiva e combativa, pois a mesma cobrará sabedoria para que se possa entender e perceber quais os momentos de agir com força e postura radicalizadas e em quais será necessário capacidade de formulação e negociação..**

A década perdida para a educação, sob a batuta de FHC, deixou um déficit muito grande nesse setor. Para ser superado é necessário mais ousadia.

No Governo Lula, várias iniciativas foram desenvolvidas fortalecendo a Educação Pública, comprovado no aumento do financiamento da educação com a aprovação do FUNDEB; a ampliação de vagas e de acesso aos excluídos nas Universidades; a expansão da rede de IFES, em regiões que estavam à margem dessa modalidade de ensino; o Piso Nacional para o Magistério; o PL com extinção da DRU.

O Governo Dilma, se priorizar a educação, necessita inverter prioridades para implementar mudanças estruturais neste país. A Educação sozinha não transforma a sociedade. A verdade é que sem ela, o país não se desenvolve, e as diferenças sociais permanecem.

Se a opção de transformação é via Educação, como na maioria dos países que se desenvolveram; se o estado respeita o homem; se repudia a injustiça; se prefere o diálogo, a convivência com o diferente e não sua negação; não há outro caminho senão encarar a Educação como instrumento desta opção. Desta forma a distância será diminuída entre o que é proposto pelo governo e o efetivamente é feito.

- *A luta por uma Universidade pública, gratuita, democrática e compromissada socialmente, é uma tarefa desafiante. A disputa se dará por dentro do espaço institucional da Universidade, e fora dela, com setores conservadores e neoliberais, que vêem a Educação Superior como um negócio, exclusivo para determinada categoria social.*

A crise econômica, resultante das contradições do modelo capitalista, têm que ser pensada, na lógica da construção de alternativas que instrumentalizem a construção de outro modelo de estado, rumo ao projeto socialista. A educação tem um papel estratégico no

despertar de consciências e na disseminação de valores, que superem as práticas que exploram o homem.

DEMOCRATIZANDO A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

A função da Universidade é a produção dos saberes, através da “pesquisa”; da socialização da cultura e do conhecimento, através do “ensino”, da capilarização do conhecimento, das tecnologias sociais e através da “extensão”.

- *É necessário que a Universidade, para cumprir com esta função, estabeleça uma nova práxis, rompendo com uma cultura instituída. A transmissão do conhecimento e da pesquisa deve respeitar os saberes não hegemônicos.*

Todos conhecem Marx, Lênin, Trotsky, Rousseau, Lincoln, Hegel, Tocqueville, Weber e desconhecem, Zumbi dos Palmares, Padre Cícero, Escrava Nastácia, Lampião, Dandara, Antonio Conselheiro, Anita Garibaldi, João Cândido, Abdias do Nascimento e vários outros nomes bem vivos na memória da população mais “desinformada”. **Essa, ainda é a universidade brasileira que mantém resquícios de sua cultura de colonizada.**

- *A Universidade que defendemos está articulada a um modelo de estado, democrático, na verdadeira concepção da palavra, que precisa reconhecer como saber os saberes informais não hegemônicos.*

A **Autonomia Universitária** ainda continua sendo um desafio a ser conquistado. O artigo 207 da CF, por si só, não garante as Universidades o pleno exercício da mesma, ocorrendo em alguns casos, ingerência do poder executivo, como se as mesmas fossem meras “repartições públicas”.

A FASUBRA deve priorizar em sua Agenda de Luta o debate da natureza jurídica das IFES, buscando seu resguardo institucional às ingerências do poder constituído, bem como a necessidade da superação de amarras legais, que impedem o pleno exercício da autonomia.

- *Este momento é propício para o incremento da nossa luta contra a co-gestão das IFES com as Fundações de Apoio Privadas, que vêm incrementando as terceirizações e malversações de recursos públicos.*
- *E a luta contra a ESBERH, que inaugura um novo modelo de gestão nas Universidades, quarteirizando a gestão dos HU's.*

O incremento no orçamento de custeio e de pessoal nas Universidades, sem contingenciamento orçamentário contribuiu para expansão da infra-estrutura das Universidades, ampliando a sua área construída. Mas, a demanda de contratação de pessoal continua reprimida.

- *O Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores encontra-se na Câmara dos Deputados e precisa ser recuperado.*
- *É necessário institucionalizar um Fórum permanente de debate acerca da Universidade, resgatando o modelo da Agenda Autonomia Universitária de 1994.*

A FORÇA DA UNIVERSIDADE ESTÁ NO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA

Através da luta dos técnico-administrativos e dos estudantes, temos avançado na ocupação de espaços, bem como na forma de escolha dos reitores. Há necessidade de mudar a forma de participação dos segmentos que compõem a universidade, no processo de construção do fazer universitário e na gestão destas instituições.

- *A gestão democrática e participativa, deve assegurar o exercício da democracia no cotidiano universitário, que não se limita a escolha de reitores.*

A participação dos integrantes da comunidade universitária, de forma paritária, em todos os órgãos colegiados e a efetivação de uma gestão democrática deve ser buscada constantemente pelo movimento.

- *Reivindicamos isonomia de tratamento com A lei dos IFETS e revogação da Lei 9.192.*

A UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

A constituição do capitalismo, a partir de paradigmas liberais e eurocêtricos, que implicou no massacre dos povos de matriz africana, indo-americano e parcela importante dos asiáticos, com uma brutal concentração de renda mundial, em 80% do total de riquezas estão nos países ao norte da linha do Equador, e guarda relação com a construção histórica desse modelo de acumulação de riquezas.

Neste contexto de crise mundial, a luta pela superação desse modelo tem na educação uma força estratégica, que demanda a aplicação de um projeto político pedagógico que supere os padrões culturalmente instituídos. Esta superação pode proporcionar a formação de um cidadão ético, consciente do seu papel na transformação da sociedade.

- *A Universidade brasileira, que sempre esteve culturalmente ligada ao projeto das elites, através de movimentos internos, tem rompido e avançado através da implementação de políticas afirmativas historicamente defendidas pela FASUBRA.*
- *É preciso que se tenha uma instituição que busque a superação da alienação individual e coletiva, a erradicação do racismo, da segregação religiosa, sexual e de classe, a pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a degradação do meio ambiente e as enfermidades.*

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

A FASUBRA não deve abdicar de continuar disputando o seu Projeto de Hospitais Universitários, enquanto unidades acadêmicas, da mesma forma que disputa o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores(as), independentemente do desenrolar da luta contra a EBSEH.

A análise do perfil dos HUs, pela **OMS-Organização Mundial da Saúde**, identifica os mesmos com Centro de atenção médica de alta complexidade, com *papel no atendimento médico de nível terciário, atuando de forma integrada no ensino e pesquisa.*

O SUS, em todas esferas dado as dificuldades e precariedades em algumas regiões quanto ao seu atendimento, tem provocado um acúmulo de demandas para os HU's.

Um resgate necessário

Os HUs, antes da década de 80, em sua maioria eram vinculados as antigas Faculdades de Medicina. Não existia o **SUS**, e a clientela eram os indigentes. Atualmente, o perfil dos usuários mudou e em substituição ao indigente surgiu o cidadão (pós CF – 88) que, no exercício de sua cidadania, vem em busca de um direito.

A mudança no paradigma dos HUs deve ser compreendida, buscando a construção de alternativas à complexidade desse papel, combinando o ensino, a pesquisa e à assistência, sem confundir assistência com extensão.

O Brasil, com dimensões territoriais extensas e peculiaridades regionais, desafia qualquer Sistema de Saúde. Os HUs, cumprindo o seu papel, têm contribuído ao desenvolver suas atividades, com qualidade e pertinência social, atendendo as demandas da população, articulado à formação e produção do conhecimento.

- *A conjugação dessas ações provocam aumento no custo da produção dos HUs, demandando um maior investimento financeiro, em custeio, investimento e pessoal qualificado.*

O diagnóstico demonstra que os HUs ao “**utilizarem alta tecnologia e envolverem ensino e pesquisa, seu peso na despesa com saúde é dobro de sua participação no volume de atendimento. São, portanto, hospitais caros**”.

É fundamental maior financiamento público para os HUs, ampliando as fontes de financiamento, e o fortalecimento da Rede Pública de Saúde, desafogando a sobrecarga imposta atualmente aos HUs.

- *A ampliação dos recursos destinados a estas Unidades Acadêmicas poderá ainda ser ampliada, através da não aplicação da DRU.*
- *Na definição do orçamento das IFES, as despesas com custeio, investimento e pessoal dessas Unidades Acadêmicas devem compor o orçamento das IES, vinculadas aos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino – artigo 212 da CF, acrescidas das demais fontes públicas de financiamento, oriundas do Ministério da Saúde e de sub-vinculação de orçamentos e impostos, cuja função seja o financiamento público da saúde.*

A problemática não deve ser simplificada, ao limite da gestão. É necessário avançar na definição acerca do seu papel e missão. Os HUs devem ter condições para atuarem, de forma comprometida com as necessidades da população que precisa desse serviço de saúde com qualidade.

A transferência da gestão para a **EBSERH**, não superará os problemas enfrentados atualmente pelos HUs, denominados de crise, tanto do ponto de vista institucional, gerencial, quanto de identidade. Ao contrário comprometerá profundamente o papel dos HU's, bem como afrontará a autonomia universitária.

Conscientes desses desafios, a **FASUBRA** vem discutindo e elaborando, exaustivamente acerca do papel e a crise paradigmática dos Hospitais Universitários.

Desse debate, concluiu-se que a solução para a crise dos HU's passa pela compreensão dos governantes de que o HU, mesmo sendo primordialmente, um espaço acadêmico, atende, de forma articulada ao ensino, tanto as demandas do SUS quanto desenvolve ciência e tecnologia.

HUS NA MIRA DA EBSERH

É fundamental que as entidades de base continuem disputando nos CONSELHOS SUPERIORES em cada Universidade, posição política contrária a este modelo de Gestão.

O Projeto de HU construído pela FASUBRA, é instrumento para combater e demonstrar as incongruências que qualquer modelo de organização privada tem com a função social dos HUs, do ponto de vista estratégico.

A redução da ação dos HUs, em marcos “privados”, comprometeria a preliminar básica desta instituição que, por ser parte integrante da Universidade, tem a liberdade e autonomia de pensar e construir conhecimentos.

- *Análises dos mais diversos setores dos movimentos sociais, da academia e de especialistas indicam as contradições entre o papel dos HUs e a figura da EBSERH, demonstrando que efeitos danosos poderão advir, caso sejam criadas, comprometendo a sua função precípua, que é o ensino, a pesquisa e a extensão.*

EBSERH – afronta a autonomia da Universidade

A EBSEERH é uma empresa pública de direito privado vinculada ao MEC com finalidade específica de gerenciar os HUs e apoiar o ensino, pesquisa e extensão na área da saúde bem como a formação de profissionais nesta área voltados aos programas do SUS.

A FASUBRA lutou arduamente contra a EBSEERH. Esta luta desde o início deveria ter contado com o envolvimento de todas entidades da educação superior, mas o envolvimento deu-se de forma diferenciada. A luta permanece nos Conselhos Superiores, e torna-se fundamental a participação dos estudantes, dos usuários e dos professores nesta ação.

Independentemente da luta da FASUBRA, um fato se torna inconteste: esta empresa pretende gerir os HU's e substituir as atuais Fundações que operam dentro daquelas unidades hospitalares. Se isso acontecer, estará na berlinda os trabalhadores que ficarão a mercê das decisões exaradas nos conselhos superiores das Universidades.

A contratação de pessoal celetista aprofundará o conflito de gestão nas Universidades, tanto do ponto de vista das relações de trabalho, quanto na questão da autonomia de gestão administrativa e financeira das Universidades.

- *O debate da relação da FASUBRA com a EBSEERH, passa pela mesma compreensão da relação da FASUBRA com os trabalhadores fundacionais e com os terceirizados. Somos contra o modelo de gestão não contra os trabalhadores, que independente de sua relação contratual são trabalhadores da Universidade.*
- *Com esta compreensão e cientes dos desafios dessa relação, o XXI CONFASUBRA, precisa, construir um Plano de Ação para organizar os(as) trabalhadores(as) da EBSEERH e os(as) trabalhadores(as) estatutários, que continuaram no PCCTAE.*

No plano nacional cabe a FASUBRA, com relação ao atual quadro dos fundacionais, intervir junto ao MEC, para garantir o respeito total aos direitos daqueles trabalhadores significando para tanto a garantia de aporte de recursos para a cobertura dos gastos com as rescisões contratuais. Isto se faz necessário dado que uma das justificativas do governo para a criação da EBSEERH é justamente o endividamento das Fundações de Apoio e, por conseguinte a possibilidade de calote aos trabalhadores se torna premente.

PLANO DE LUTAS

- *Lutar contra a opção à EBSEERH nos Conselhos Universitários.*
- *Continuar Lutando pela aprovação do Projeto de HU's construído pela FASUBRA.*
- *Denunciar junto ao TCU, Ministério Público, STF as incongruências da EBSEERH com a da Universidade.*
- *Incrementar a Campanha de denúncia dos deputados que votaram a favor da EBSEERH.*
- *Construir Plano de Ação para Organizar os Trabalhadores da EBSEERH, naquelas IES que aprovarem a opção.*

CONSTRUINDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – 2011 A 2020

A construção do PNE para os próximos 10 anos demanda uma reflexão coletiva, precedida de diagnóstico dos desafios a superar para transformar a educação brasileira numa ferramenta de transformação e inclusão social.

A **CONAE** – Conferência Nacional da Educação, foi um momento importante na conjuntura brasileira e espera-se que esse exercício da democracia participativa seja reproduzido anualmente e cada vez mais fortalecido.

O resultado da CONAE avança na construção de Políticas Educacionais no Brasil, num esforço nacional para atender os interesses da maioria da população, que ainda encontra-se a margem da educação de qualidade referenciada socialmente, que emancipa e inclui.

O **PNE** - Plano Nacional de Educação é muito importante para a educação brasileira e cabe a sociedade em todas suas formas de organização, aos movimentos sociais, estudantil e sindical participar ativamente do processo de construção e aprovação do PNE.

As diretrizes aprovadas para todos níveis de ensino, devem ser respeitadas na construção do PNE e sua concretização dependerá do envolvimento de todos níveis de governo e de fiscalização e cobrança da sociedade e dos órgãos de controle.

Após 15 de aprovação da LDB, o Brasil enfrenta índices vergonhosos de analfabetismo de jovens (18 a 24 anos), fora da educação superior. Este fato nos obriga a debater o caráter democrático e universal da educação, seu papel emancipador e transformador da sociedade.

O **PNE** construído para os próximos dez anos deve ser ousado, recuperando princípios educacionais construídos por Paulo Freire. Para atingir este objetivo é preciso o envolvimento de todos, gestores, estudantes, trabalhadores (as) e sociedade civil organizada, para garantir a inclusão de instrumentos legais que de fato consolidem a constituição do Sistema Nacional Articulado de Educação.

O regime de colaboração entre os governos deve ser melhor explicitado na forma da Lei, definindo qual o papel de cada nível e esfera de poder no cumprimento de sua função de educar.

- *O diagnóstico da educação no Brasil demonstra que o país precisa enfrentar nesses próximos anos a problemática quanto a responsabilidade com o número de analfabetos que ainda existem no país e com o baixo índice de aprendizagem das crianças brasileiras.*

A educação, pela sua função estratégica, para ser uma política prioritária no Brasil, necessita de recursos financeiros suficientes para fazer desse país uma Nação soberana, desenvolvida e justa para com seu povo.

- *A proposição da Lei de Responsabilidade Educacional, em tramitação no Congresso Nacional, deve ser tratada com a urgência que o tema requer. É baixo o número de estados do Brasil que possuem Planos Estaduais de Educação, com metas, compromissos e responsabilidades. Não existe cobrança dos gestores que não constroem Planos Estaduais ou que não os cumprem.*

O conjunto do(as) trabalhadores (as) da educação devem se comprometer com o debate acerca da definição do custo-aluno-qualidade, induzido através do PNE, bem como do cumprimento da lei que instituiu o piso salarial do magistério.

- *A Educação em todos níveis, integrando um Sistema Nacional de Educação Articulado, tem o mesmo papel estratégico.*

“A Universidade é o melhor lugar do mundo para fazer do mundo um lugar melhor.” CONTUA.

A universalidade e democratização do acesso, em particular na Educação Superior, remete ao estabelecimento de metas a serem atingidas nesses dez anos, através da introdução de políticas afirmativas, com cotas raciais e sociais nas Universidades Públicas. A universalidade do acesso à educação em todos os níveis precisa ser enfrentada, com políticas e programas perenes. É inadmissível passar mais uma década limitada a apenas 14% , aproximadamente, de jovens na Universidade e com o vergonhoso número de 14 milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever.

10% do PIB é o mínimo para transformar a educação.

A bandeira histórica de 10% do PIB para financiamento da educação até 2020 é outra meta, que precisa ser afirmada. O índice de investimento atual não chega a 6% do PIB. Para atingirmos os 10% do PIB é necessário um esforço e compromisso do governo, ampliando anualmente estes percentuais, para se transformar em realidade.

É necessária definição clara das fontes de financiamento e da forma em que serão investidos. Se não houver uma determinação na forma da Lei, essa bandeira se transformará numa figura abstrata, reproduzindo o que aconteceu com o PNE de 2001. A explicitação das fontes de financiamento deve vir articulada com as metas, só assim o Plano poderá de fato se concretizar.

O Ensino Superior e o PNE

A CF/1988 e a LDB – definiu o papel da Universidade, sua autonomia “relativa” e o compromisso com o desenvolvimento e soberania da Nação, mas ainda se convive com a dependência de recursos, repassados pelo estado, limitados as restrições do orçamento nacional e as contingências econômicas e políticas.

A CF/88 assegura a autonomia de gestão financeira, mas não garante fontes de financiamento que possibilitem a ampliação de recursos e reposição de pessoal estatutário na medida da vacância e com a expansão da Universidade.

- *A definição do perfil de atuação dessas Instituições, dependerá do montante desse financiamento, de seu quadro de pessoal, de sua infra-estrutura e logística e do seu modelo democrático de gestão.*

A articulação da autonomia com a democracia oportunizará condições para que a Universidade cumpra com o seu papel estratégico de transformação social.

- *Não deve ser secundarizada a missão dessas instituições até que sejam superados os problemas atuais, em todos setores da vida e da atividade do homem.*

As **10 diretrizes** apresentadas no **PNE** do governo necessita para sua concretização de ações firmes por parte da sociedade e do parlamento para serem implementadas. Dentre as vinte metas do PNE, 03(*três*) se referem a educação superior.

A **Meta 12**, propõe “*eleva a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta*”. O diagnóstico do PNE 2001/2010, previu que ao final da década, seria atingido 30% de matrícula mas o índice foi de apenas 13% para a taxa líquida de matrícula. A meta é desafiante, e ainda muito aquém das necessidades reais de demanda de jovens nessa faixa etária.

As estratégias de democratização do acesso e da gestão devem ser ousadas, garantindo uma ampliação efetiva de vagas em Instituições Públicas, com ampliação de vagas noturnas, para possibilitar ao aluno/trabalhador o acesso e permanência e eleições diretas para os gestores, articuladas a gestão compartilhada e participativa.

Com algumas contradições, o diagnóstico apresentado demonstra que nos últimos anos, foi retomado o investimento nas Universidades Públicas. No entanto esse investimento não atendeu toda a demanda reprimida, acumulada ao longo dos anos.

A constatação pelo governo dos desafios ainda a serem enfrentados para democratizar de fato o acesso ao ensino superior encontra eco na aspiração dos movimentos sociais e sindicais, e precisa ser enfrentado com políticas claras.

O PNE deve fortalecer o caráter público da educação, sob controle do estado, com quadro de trabalhadores valorizados e capacitados, ciente do seu protagonismo na transformação social através da educação.

É expectativa dos trabalhadores a construção da **Agenda Positiva para a educação**, onde o Congresso Nacional terá um papel importante em sua consolidação.

- *O momento político é favorável as transformações sociais, por isso o PNE não pode ser um Plano tímido. Tem que ser arrojado, para que a educação contribua com a transformação que o Brasil necessita, não só no aspecto econômico, mas no humano e social.*

O PNE deve refletir o resultado da CONAE, e avançar na construção dos 10% do PIB para financiamento da educação, valorização dos(as) trabalhadores(as) d educação de todos níveis da educação, a democratização da gestão das Universidade Públicas, Privadas e Escolas, a expansão de vagas no ensino superior, democratização do acesso através da ampliação de vagas noturnas e políticas afirmativas, com cotas raciais e sociais.

Articuladas a essas políticas propiciar o **funcionamento do Fórum Nacional de Educação**, enquanto instância que assegure o princípio participativo e democrático da gestão do estado brasileiro, bem como **reformular a composição do CNE – Conselho Nacional de Educação**, garantindo a participação dos movimentos sociais, sindicais e estudantis.

Plano de Lutas

Lutar pela:

- *Ampliação de metas do financiamento público estável a 10% do PIB.*
- *A escolha de reitores das universidades deve ser feita através de eleições, no mínimo paritárias.*
- *A composição democrática e paritária, nos órgãos Colegiados Superiores.*
- *Instituição de Conselhos Sociais nas Universidades, com representação da sociedade civil organizada.*
- *Universalidade e equidade do acesso: Ampliação de vagas e de instituições públicas.*
- *Aprovação de cotas sociais e raciais.*
- *Valorização, Capacitação do conjunto dos trabalhadores técnico-administrativos de todos níveis.*
- *Reconhecimento do papel do trabalhador(a) técnico-administrativo em educação das IES.*
- *Defesa da autonomia universitária, articulada a democracia.*
- *A valorização das universidades públicas como instituições estratégicas.*
- *A construção do Sistema Nacional Integrado de Educação Superior.*
- *Melhoria da qualidade das universidades públicas federais, para que sejam referência para o conjunto do sistema nacional.*
- *Democratizar o ensino superior, ampliando as redes de instituições educacionais.*
- *Garantir a valorização dos profissionais da Educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário.*
- *Uma nova política de educação superior que crie condições para a democratização do sistema.*
- *Graduação, ofertada nos dois turnos em todas as áreas de conhecimento.*
- *Políticas de Pós-graduação universal.*
- *Reformulação da composição do CNE – Conselho Nacional de Educação.*
- *Funcionamento do Fórum Nacional de Educação, enquanto instância que assegure o princípio participativo e democrático da gestão.*

SEGURIDADE SOCIAL

Seguridade Social – originalmente um pacto social e de distribuição de renda

No mundo, já foram feitas várias tentativas de inclusão social sem obtenção de êxito. Dos inúmeros modelos de proteção às pessoas com mínimo de qualidade de vida, destacou-se o seguro social coletivo que exige ação contributiva de segmentos da sociedade e contrapartida do estado. No Brasil, só a partir da CF/88 foi definido o conceito de Seguridade Social abrangendo 3 áreas: *Previdência Social, Proteção à Saúde e a Assistência Social* visando o bem-estar de cidadãos e a inclusão social. *Seguridade Social originalmente foi pensada como pacto social de distribuição de renda.* Deveria ser criada uma rede institucional para garantir o direito à qualidade de vida dos brasileiros mais pobres, assegurando-lhes acesso à saúde, amparo social em situação de carência (permanente ou temporária), e garantia de renda por perda da capacidade laboral. *Seria de responsabilidade da sociedade e do estado essas ações, com investimentos concentrados no orçamento único específico, dentro do Orçamento da União, como preceitua a Constituição.* Com vistas a custear as despesas com a Seguridade

Social, a CF/88 instituiu 3 contribuições sociais: sobre folha de salário; sobre lucro líquido das empresas e sobre faturamento.

Seguridade Social – um direito constitucional que é cada vez mais descumprido

O art.194 da CF/88 define Seguridade Social como “*um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, que tem como objetivo assegurar o direito relativo à Saúde, à Previdência e à Assistência Social*” e é regida pelos princípios de igualdade, legalidade, liberdade, solidariedade social, competência da União, direito adquirido, universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade, equivalência, seletividade e distributividade dos benefícios e serviços prestados às populações rurais e urbanas, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade de participação no custeio, diversidade no financiamento, gestão democrática, descentralizada e participativa (governo, empresários e trabalhadores da ativa e aposentados). Os benefícios previstos no Plano de Seguridade Social dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, segundo art.185 do RJU, são: “*quanto ao servidor: aposentadoria; auxílio-natalidade; salário-família; licença para tratamento de saúde; licença à gestante, à adotante e licença-paternidade; licença por acidente em serviço; assistência à saúde; garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias; e quanto ao dependente: pensão vitalícia e temporária; auxílio-funeral; auxílio-reclusão; assistência à saúde.*” No § 1º do referido artigo consta que “*as aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores (...)*”. Mas, os objetivos da Seguridade Social vêm ficando cada vez mais distantes, por conta da sonegação de impostos; desvios de recursos que são destinados para outros fins e pela ganância de corruptos que usam verbas em benefício próprio. Tudo isso tem trazido conseqüências desastrosas para a população alvo e as áreas mais atingidas são: Proteção à Saúde e Previdência Social. ***A FASUBRA entende que estas áreas não se constituem numa política à mercê de governos, mas em direitos constitucionais do cidadão.***

Déficit no Sistema Previdenciário ou engôdo social e distanciamento de seus objetivos?

Nas últimas décadas o sucateamento do Sistema Previdenciário vem causando sua desestruturação financeira e organizacional. Regras danosas, burocracia e filas intermináveis dificultam cada vez mais para os trabalhadores o acesso aos benefícios, contribuindo para a indignação dos usuários. Para justificar tudo isso, os últimos governos começaram a “vender” para a sociedade a imagem de déficit do Sistema em torno de bilhões, atribuindo ao número de segurados o ônus da situação deficitária. As Reformas da Previdência foram aprovadas mesmo tendo as entidades de classe questionado suposto déficit . Os desvios e as isenções indicam que o regime previdenciário não tem “déficit” e, o Estado deveria assegurar a cobertura das despesas com Previdência Social e manter equilibradas as contas, com recursos advindos das contribuições e que, são desviados de sua finalidade. ***Neste sentido, compreende-se que o governo não precisaria ter recorrido a reformas prejudiciais aos trabalhadores.***

Regras previdenciárias antes e depois das Reformas x movimento de resistência dos aposentados

A primeira reforma ocorreu em 1998. Após a CF/88, foram aprovadas EC 20/98, 41/03 e 47/05, com mudanças nefastas para aposentadoria dos trabalhadores do Serviço Público. Eis as principais mudanças: novas exigências para aposentadoria integral; fim da aposentadoria proporcional; transformação de tempo de serviço em tempo de contribuição; extinção de aposentadorias especiais com algumas exceções; quebra de paridade e proporcionalidade entre ativos e aposentados; instituição da contribuição de 11% sobre aposentadorias e pensões acima do teto do RGPS; alteração na forma de cálculo das pensões. *Cada vez mais as regras foram sendo modificadas com retiradas de direitos dos trabalhadores o que provocou a indignação de ativos e aposentados e despertou-lhes espírito de resistência. Dando inicio a uma luta pela revogação destas regras.*

Organizados em suas entidades de classe, passaram a buscar parlamentares para elaborar projetos que pudessem revogá-las. Fruto dessa luta, surgiram PECs, destacando-se a 555/06 e a 270/08. A PEC 555/06, que propõe extinguir a contribuição de 11% sobre o que exceder o teto do RGPS, retroagindo a 2004, já sofreu emendas e, hoje, encontra-se aguardando

inclusão na ordem do dia para ser submetida ao plenário da Câmara dos Deputados. A **PEC 270/08**, que assegura o retorno do direito à aposentadoria por invalidez com proventos integrais, foi finalmente aprovada na Câmara, nos dois turnos, e enviada para aprovação do Senado.

- *A FASUBRA é uma das entidades que tem mais lutado contra estas reformas e pela reconquista dos direitos dos aposentados. Nos últimos anos, os aposentados da base da Federação estiveram várias vezes no CN, reivindicando urgência na aprovação dessas PECs. Mas apesar de algumas conquistas, ainda há desafios a enfrentar. **Por isso, a FASUBRA deve intensificar as lutas em prol dos aposentados, luta que não é só deste segmento, mas, também, dos que estão na iminência de se aposentar.***

Enquadramento dos aposentados no PCCTAE (Lei 11091/05) – isonomia ou injustiça social?

Além das reformas previdenciárias, aposentados das Universidades tiveram que enfrentar outra luta sobre seu enquadramento no PCCTAE. Com argumento da isonomia, foi-lhes dado tratamento igual aos trabalhadores da ativa, sem considerar o patrimônio funcional e jurídico acumulado na vida laboral, que lhes permitiu incorporar referências e vantagens. Deveria ter sido considerado o preceito constitucional do direito adquirido. *Daí, o questionamento: isonomia ou injustiça social?* Sentindo-se usurpados em seus direitos, os aposentados foram à luta. Foi feito movimento junto aos Conselhos Universitários das IFES para aprovar, administrativamente, o reposicionamento dos aposentados. Algumas Instituições acolheram a reivindicação, mas o MP passou a “bloquear” os pagamentos decorrentes dos atos aprovados pelas Universidades. Outras, nem chegaram a submeter matéria aos Conselhos. A *FASUBRA Sindical, em reuniões com o MEC e MP, tem sempre colocado essa reivindicação. Porém, mesmo afirmando que entendem justa a reivindicação, aqueles Ministérios colocam que só poderá ser viabilizada se alterada a lei 11091/05. **A FASUBRA precisa continuar persistindo junto ao governo para que a lei 11091/05 seja alterada e se faça justiça aos aposentados!***

PREVIDÊNCIA PÚBLICA + PRIVADA: HÁ VANTAGENS EM TER DUAS APOSENTADORIAS?

Baseado na lógica de Previdência Privada, do tipo fechado, o governo fez tramitar no Congresso o PL 1992/07, que “*institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art.40 da CF/88; autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP*”. O valor dos benefícios é limitado ao teto do RGPS (R\$ 3.916,20) e, para receber acima deste, o trabalhador terá que aderir à FUNPRESP, onde a União contribuirá até 7,5% da parcela do salário que exceder ao teto, e o trabalhador, com 7,5% ou mais.

Especialistas da área e entidades de classe, dentre as quais a FASUBRA, têm se colocado contra aprovação deste PL, frisando que Previdência Complementar no setor público interessa mais as instituições financeiras, de olho no Fundo. A sociedade civil organizada publicou carta aberta nesse sentido. Apesar dessa movimentação, o governo, insiste na aprovação do PL, e, mesmo admitindo riscos, dispõe-se a alterar a LRF e sofrer conseqüências com aumento de despesas com pessoal (limitados hoje em 50% da receita federal), tendo que buscar saídas orçamentárias, pois, de imediato, o Fundo precisará de 100 milhões, não inclusos no Orçamento da União. ***Enfim, a triste constatação: quando há vontade política, tudo é possível... Só não há saída para alocar recursos para os trabalhadores! Esta realidade precisa ser transformada. A FASUBRA, em conjunto com as demais entidades do SPF deve continuar na luta pela rejeição do PL 1992/07.***

Nesta queda de braço, as entidades levantam graves preocupações

Afora, estas questões, sabe-se que a contribuição dos novos egressos no Serviço Público não entrará no caixa do Tesouro Nacional, pois será destinada aos Fundos de Previdência Complementar, o que, pode contribuir para o governo retornar com o “fantasma” do déficit na

Previdência Social. Aliás, esta previsão já está se concretizando, pois já há estudos no Ministério da Fazenda apontando que o RPPS dos trabalhadores do SP “tem registrado déficit maior que o do INSS, devendo fechar 2011 em R\$ 57 bilhões”. Também não consta nas regras que Fundo de Pensão é sempre uma incógnita sem garantia segura. Se a Fundação falir, não tem “seguro” que assegure este Fundo. **A FASUBRA continuará alertando os(as) trabalhadores(as), lembrando que só lhes restará amargar os prejuízos e a insatisfação de saber que suas contribuições, postas mês a mês sob a responsabilidade da Fundação, esfumaçaram-se...**

PLANO DE LUTAS

Para fortalecer a luta dos trabalhadores, ativos e aposentados, a FASUBRA e suas Entidades de Base devem:

Ações a serem desenvolvidas pela FASUBRA:

- ❖ Intensificar a luta no CN pela aprovação das PECs 555/06 e 270/08, enviando documentos aos parlamentares;
- ❖ Buscar parceria com outras entidades do SP visando fortalecer a luta pela aprovação das referidas PECs;
- ❖ Pressionar o MEC e o MP para que o Executivo envie ao CN proposta de alteração da Lei 11091/05 no que se refere ao reposicionamento dos trabalhadores aposentados no PCCTAE;
- ❖ Continuar insistindo com a ANDIFES para pressionem o MEC e MP para que seja alterada a Lei 11091/05;
- ❖ Unificar com outras categorias a luta contra implantação da FUNPRESP para os trabalhadores do Setor Público;
- ❖ Realizar, ao menos uma vez por ano, um Encontro Nacional e uma Plenária específica para debater assuntos de aposentadoria e manter os aposentados organizados e instrumentalizados para a luta pelos seus direitos;
- ❖ Organizar Seminários, Oficinas temáticas visando promover formação político-sindical destinada aos aposentados.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Para debater este tema, deve-se ter como pressuposto o conceito de saúde previsto no art. 196 da CF/88: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”. No art.198, criar o Sistema Único de Saúde, quando expressa que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (...)”. O movimento sindical demorou a perceber a importância deste tema e inseri-lo nas pautas de reivindicações. Hoje, estes fatores negativos ainda subsistem, provocando no trabalhador o adoecimento. **O debate sobre Saúde e a ausência desta está relacionada à promoção da Saúde do Trabalhador, mediante políticas de atenção aos riscos nos ambientes de trabalho, aos agravos à saúde e à prestação de assistência.**

A Saúde dos Trabalhadores do Serviço Público como está?

Cabe um capítulo especial sobre Atenção à Saúde dos Trabalhadores do SP. É importante resgatar os compromissos assumidos pelo governo durante o I Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor, promovido pelo MP, em 2008. Foram debatidas questões sobre Saúde do Trabalhador e construídas propostas por representantes do governo, gestores, profissionais da área, de entidades sindicais ligadas ao tema, visando consolidar o documento apresentado pelo MP: **“Política de Atenção à Saúde do Servidor - um projeto em construção coletiva”**. Para os trabalhadores do SP, especialmente os que atuam nos hospitais públicos, incluindo os HUs, este estado de adoecimento tem se agravado. Para contrapor a isto, deve-se promover a saúde do trabalhador, através de: reconhecimento do trabalho realizado, diversidade da tarefa, participação na tomada de decisão, salário digno, valorização pessoal e profissional. **O estado não cuida como deveria do seu trabalhador e o trata como servidor no sentido literal e isto está ligado ao modelo de estado que ora norteia as políticas públicas no Brasil.** Ao final, foram apresentados resultados dos debates e propostas

para a construção do documento. ***A FASUBRA fez intervenção, reafirmando que o Brasil ainda mantém sistema de servidão em relação aos trabalhadores, e apresentou propostas que contrapõem essa cultura.***

Avanços a partir da luta dos trabalhadores por melhores condições no trabalho

Felizmente, de uns tempos para cá, começaram a surgir setores ligados ao Sistema Público Federal, como: Serviço de Saúde e Medicina do Trabalho, Gerência de Qualidade de Vida, etc, preocupados com as condições de vida do trabalhador, tanto no que tange à prevenção como à atenção à saúde. Recentemente, foi criado pelo MS o SIASS. Esta preocupação com a Saúde do Trabalhador tem feito brotar propostas no mundo sindical e entre os profissionais da área. ***A FASUBRA precisa ser incentivadora de experiências exitosas e deve orientar as Entidades de Base que lutem para que sejam implementadas em todas as Universidades.***

Assistência à Saúde Suplementar do Trabalhador

Naquela mesma época, o MP apresentou proposta para regulamentar art.9º, Lei 11302/06, orientando a instituição de Assistência à Saúde Suplementar do Trabalhador nos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. ***A FASUBRA enviou àquele Ministério uma série de propostas visando mudanças nos itens contrários aos interesses dos trabalhadores. O MP autorizou oferta do benefício da saúde suplementar para todos os trabalhadores do SP Federal. A contrapartida do governo, que, no início, era R\$ 42,00 em 2006, “per capita”, foi sendo reajustada. Hoje os valores variam de acordo com a idade e o salário do beneficiado. Junto com a luta pela isonomia salarial, A FASUBRA deve insistir pela atualização e ampliação dos benefícios dos trabalhadores com valores e tratamento igual ao dispensado a outros órgãos do Poder Executivo.***

Regulamentando o financiamento da Saúde - EC 29/2000

Após 11 anos de luta, em fins de 2011, foi aprovada a EC 29/00, que fixa percentuais mínimos para aplicação dos gastos em saúde, definindo ações de saúde e normas de fiscalização e controle dos respectivos gastos no Brasil. No debate em defesa do SUS com acessibilidade para todos, com qualidade e controle social, vale lembrar a luta dos trabalhadores, dos movimentos sociais e dos Conselhos de Saúde, pela aprovação dessa Emenda. Apesar da resistência de políticos contrários a aprovação dessas normas, como propostas, foram criados instrumentos importantes para garantir que os recursos sejam, de fato, aplicados no SUS. O texto pode ainda carecer de aperfeiçoamento, mas, para aqueles que defendem o SUS e o controle social, essa Lei tem valor inestimável. Mas, não basta constar no texto legal, pois, o controle social precisa se dispor a cumprir o seu papel no tocante à fiscalização de aplicação dos recursos. ***Entendendo a importância da luta pela regulamentação da referida Emenda, a FASUBRA publicizou documento intitulado: “Saúde é coisa séria”, reafirmando que “um dos principais desafios que o SUS tem enfrentado desde a sua criação (...), tem relação direta com a instabilidade do seu processo de financiamento” e “(...) que, ao lado dessa medida, seja dado fim a DRU, que desvincula recursos para o financiamento da saúde.”***

PLANO DE LUTAS

Para municiar trabalhadores, ativos e aposentados para a luta, A FASUBRA e suas Entidades de Base devem:

Ações a serem desenvolvidas pela FASUBRA:

- ❖ *Lutar por mais financiamento para a saúde pública e pelo fortalecimento da gestão pública com controle social;*
- ❖ *Intensificar a luta junto ao MEC e MP pela valorização do Trabalhador;*
- ❖ *Intensificar a luta pela isonomia da Assistência à Saúde Suplementar e demais benefícios concedidos aos Trabalhadores das IFEs, com valores e tratamento igual ao dispensado a outros órgãos do Poder Executivo;*
- ❖ *Manter, em nível nacional, a campanha pela jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salário;*
- ❖ *Defender veementemente o resgate dos princípios constitucionais do SUS.*

- ❖ *Lutar pela implantação da EC 29/00 e pelo fim da DRU que desvincula recursos para financiamento da saúde;*
- ❖ *Manter representação dos trabalhadores na Mesa Nacional de Negociação Permanente-SUS, bem como no Conselho Nacional para fortalecer o controle social na área da saúde.*

DESAFIO DA INSERÇÃO DO JOVEM NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA FASUBRA

“A juventude é o tempo ideal para o estudo da sabedoria” Rosseau.

A mudança no perfil dos(as) trabalhadores(as) das Universidades, em função da expansão e a consequente realização de concursos públicos, após dez longos anos de estagnação, demanda o urgente debate, acerca de políticas adequadas para a Juventude na base da FASUBRA. A agenda sindical da FASUBRA, do ponto de vista corporativo, em sua maioria, contempla questões que têm interface direta com parcela da categoria, em detrimento de outras, não abrangendo, portanto, a sua totalidade.

A FASUBRA tem que se esforçar, coletivamente e de forma unificada, para dialogar com as dificuldades encontradas pelos jovens trabalhadores(as), a fim de motivá-los e oportunizá-los a participar no movimento sindical, de forma qualitativa.

O ponto de partida é reconhecer que a arte do encontro e do diálogo não é fácil. Deve ser conjugado nesse encontro as contribuições históricas dos(as) militantes mais experientes com a energia e a disposição para a “aventura” dos jovens sindicalistas, criando uma sinergia capaz de fortalecer, ainda mais, o movimento sindical brasileiro.

Essa aproximação não significa a substituição do “velho pelo novo militante” ou a ruptura com o passado vivido, mas sim o aproveitamento da energia gerada nesse encontro, a fim renovar as forças e o anseio pelas mudanças, em um processo dialético em que as partes se unem, sem perderem suas essências (jovialidade e experiência), com respeito e acolhimento, sempre em busca de avançar para fortalecer a luta atual e futura.

O **Coletivo Tribo** tem compromisso com a construção dessa política, contribuindo efetivamente para a formação da juventude, que deve se inteirar da história do movimento dos(as) trabalhadores(as) das Universidades, suas políticas e projetos para serem agentes e protagonistas ativos na valorização e defesa desse legado.

A juventude nos espaços institucionais

O Brasil tem se esforçado para resgatar parte de sua dívida para com seus jovens. O **Estatuto da Juventude** está no Congresso Nacional desde o ano de 2003, depois de ser construído após a I Conferência Nacional da Juventude, no qual foram elaboradas as diretrizes da atual proposta. A CUT, que tem assento no Conselho Nacional de Juventude, teve participação ativa no debate e na formulação desse Estatuto, com a participação das entidades organizadas do movimento juvenil.

O Estatuto tem como objetivo estabelecer e assegurar os direitos dos jovens, princípios e diretrizes das políticas públicas para o segmento e o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude. Dentre os pontos tratados neste Estatuto destaca-se, no campo educacional, a previsão da necessidade de financiamento estudantil para os jovens matriculados regularmente em instituições de qualidade e a obrigatoriedade do estado em oferecer ensino médio gratuito, inclusive no horário noturno.

Trata ainda dos direitos à saúde, à cultura, ao esporte e ao lazer, à vida em meio ambiente equilibrado e à igualdade, abordando, ainda, temas relacionados a gênero, raça e deficiência física. Institucionaliza, ainda, os direitos dos/as jovens, ao criar um Sistema Nacional da Juventude, que traz consigo a formulação das políticas da juventude como política de Estado, com diretrizes e recursos próprios.

O Estatuto regulará os direitos das pessoas entre 15 e 29 anos e assegura vários direitos aos/as jovens, como direito à educação gratuita e de qualidade, meia-passagem no transporte interestadual e intermunicipal e meia-entrada para os estudantes em eventos culturais e de lazer. A luta continua no Senado.

Na estrutura do governo federal foi criada, em 2005, a **Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude** – importantes iniciativas em reconhecimento à importância do segmento para o futuro do Brasil.

Á posição convergente em diversos setores do movimento sindical é a de que as políticas elaboradas para a juventude são fundamentais para que o Brasil se desenvolva, articulando essas iniciativas à valorização do trabalho. À Secretaria da Juventude compete pautar, no âmbito do Planalto, as questões relativas à juventude, principalmente no tocante ao mercado de trabalho e oportunidades de emprego.

A **II Conferência Nacional de Juventude**, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2011, sob o tema "**Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil**", destacou em suas resoluções a garantia do trabalho decente para a juventude e a sustentabilidade com justiça social. Essa conferência contou com ampla participação: cerca de 2.200 jovens de todo o país, demonstrando a riqueza da diversidade da juventude brasileira; jovens de diferentes origens sociais, negros, mulheres, LGBT, deficientes e indígenas se reuniram para construir políticas para a juventude brasileira.

Dados do **IBGE** demonstram que 54% dos desempregados no Brasil são jovens. Os mesmos dados demonstram que a taxa de desemprego entre os jovens é de 14% - três vezes maior do que os adultos (4,8%). O fato incontestável é que a maioria dos jovens encontra-se no mercado informal, sem direitos assegurados. A maioria desses jovens prioriza o trabalho em detrimento de viverem intensamente e de forma adequada essa importante fase da vida.

Deve-se conjugar esse debate às políticas de desenvolvimento do país, dado a necessidade de mudança de paradigmas no trato com a juventude brasileira.

Participação do jovem trabalhador no mundo do trabalho

A conclusão do relatório "Atualizações das Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2011" da OIT adverte sobre a possibilidade de surgir no mundo uma geração de jovens trabalhadores frustrados por uma mistura de desemprego, inatividade e trabalho precário. A OIT afirma que a Europa é a principal região afetada. A ONU ressalta que boa parte dos empregados trabalha por necessidade e não por opção. As condições precárias e a baixa inserção no mercado formal na região também são destacadas no relatório.

Esse estudo mostra que o movimento da Primavera Árabe e outros de contestação em 2011 refletem a indignação e falta de oportunidades no mercado de trabalho. "Essas novas estatísticas refletem a frustração e a ira que estão sentindo milhões de jovens no mundo" (José Manuel Salazar, diretor-executivo do Setor de Emprego da OIT).

O relatório apresenta ações para reverter o quadro e dentre elas destacam-se: desenvolver uma estratégia integral de crescimento e criação de empregos que priorize os jovens, melhorar a qualidade dos empregos com fortalecimento das normas do trabalho, investir em educação e formação de qualidade, levando adiante políticas financeiras e macroeconômicas que removam os obstáculos para a recuperação econômica.

O debate da juventude no mercado de trabalho brasileiro

Os temas em debate nos mais diversos fóruns tem como premissa a questão do trabalho decente para a juventude. O desafio é pensar políticas públicas voltadas para a construção de países mais justos para esse segmento e com a possibilidade de um futuro com menos desigualdades sociais. Educação e internacionalização do debate em torno dos jovens e sua representatividade nos espaços da política, dos movimentos sociais e sindicais; debate geracional e sobre precarização do trabalho juvenil e terceirização; qualificação profissional para os jovens e trabalho informal; democratização da comunicação e o jovem trabalhador rural têm sido temas abordados em vários espaços de discussão, tanto no próprio movimento quanto no plano institucional organizado pelo governo e pelo Congresso Nacional.

Sabe-se que no Brasil a limitação de acesso à universidade é uma problemática recorrente, mesmo diante dos avanços obtidos, nos últimos anos. Já em outros países ou o ensino superior é privado ou a forma de ingresso privilegia aqueles que sempre estudaram nas escolas privadas e tiveram a oportunidade de uma melhor qualificação. Além disso, o debate quanto à reestruturação curricular das escolas para que os estudantes não sejam formados apenas para o mercado, mas também tenham uma formação que lhes permitam serem críticos com relação à realidade em que vivem, ainda não repercutiu de forma satisfatória.

A organização da grade do ensino integral nas escolas deve oportunizar ao aluno estudar em um período e fazer atividades esportivas, culturais ou aula de idiomas em outro. Deve-se planejar, a partir de políticas públicas, para que o jovem, ao concluir o ensino básico, ingresse, imediatamente, no curso técnico-profissionalizante ou superior para, somente depois, ingressar no mercado em um emprego de melhor qualidade. Todas essas questões articuladas

à necessidade de garantir um ensino superior público, gratuito, de qualidade e democrático, permitirão que cada vez mais jovens de diferentes camadas sociais possam obter a graduação.

A precarização da relação de trabalho para a juventude

O neoliberalismo se utiliza da precarização do trabalho juvenil e da terceirização, de forma oportunista e essas práticas estão presentes em vários países. Nesse processo a juventude é a maior vítima, por que estão em busca do primeiro emprego e não tem experiência profissional, portanto são mais vulneráveis, pois muitos jovens tem que sustentar a família e, ainda, custear os próprios estudos.

A terceirização é a essência da precarização do trabalho e a FASUBRA precisa entrar no debate quanto às mudanças, principalmente, na legislação que regulamenta a terceirização. Além disso a FASUBRA deve participar da luta de outros setores do movimento sindical, no combate a precarização do trabalho juvenil, a partir da fiscalização do poder público e da atuação sindical, principalmente através das organizações por local de trabalho, visto que estão mais próximas da produção – onde ocorre, de fato, a exploração da mão de obra pelo capital.

A Conferência Nacional da Juventude, ao avaliar o trabalho informal da juventude, identificou que a possibilidade de transformar os informais em formais, através da geração de empregos de qualidade, só será possível com o estabelecimento de políticas públicas na área de educação, qualificação profissional e investimento produtivo.

Dessa forma, a inclusão desses trabalhadores informais nos sistemas de proteção social só será possível se for mudada a legislação. A maioria dessa legislação não dá espaço a esse contingente da população, que necessita de mais atenção por parte do poder público e dos próprios movimentos sociais. Muitas vezes são invisíveis e, por isso, os que mais sofrem com a exploração do trabalho, porque estão ausentes na maioria das leis de proteção social dos trabalhadores(as) e, portanto, não têm representação sindical. Em muitas situações nessa informalidade são explorados, prestando serviços para pessoas físicas que impõem jornadas de trabalho desumanas e não garantem, sequer, um salário mínimo mensal.

A comunicação e a juventude

Uma das ferramentas na disputa da hegemonia com os meios de produção é a democratização da comunicação. Como a comunicação de massa no mundo está sob o controle de uma parcela pequena da sociedade, esta fica submetida a ditadura da minoria, que detém o monopólio dos meios difusor de informação.

A utilização de ferramentas não presenciais tem maior poder de alcance e, nessa perspectiva, devem ser abordados temas de formação política, tais como: história do movimento sindical, o papel da militância sindical (muitos têm origem no movimento estudantil), informação quanto aos projetos construídos pela FASUBRA e estratégias de luta.

Dado o perfil da juventude na sua relação com as inovações tecnológicas, a mesma poderá ter um papel importante nessa disputa, a partir do momento em que conseguir potencializar os debates, utilizando meios alternativos como rádios comunitárias, jornais sindicais e de bairro e principalmente a internet, por meio das redes sociais.

Saber utilizar a internet (redes sociais, blogs) a serviço do movimento sindical, numa forma proativa pela juventude, pode ser fundamental para fazer o contraponto com os grandes meios de comunicação e estabelecer uma diretriz transformadora, subversiva e progressista, especialmente tendo em vista seu baixo custo e a relativa liberdade que existe, em muitos países, quanto à sua utilização e emprego.

Como envolver os jovens para a luta sindical

Os jovens precisam ter uma atuação na política sindical, como protagonistas do processo e não apenas como representantes de partidos políticos. Isso só será possível se houver o pacto entre as gerações, oportunizando que os jovens sejam formados e capacitados, proporcionando a ocupação dos espaços sindicais e introduzindo nas estruturas das entidades e espaços de construção de políticas para este setor, a fiscalização por parte das entidades sindicais para que os jovens possam atuar no local de trabalho, sem os limites impostos pelas atitudes antissindicais, principalmente para os trabalhadores em estágio probatório.

A **CUT** defende a construção de um **Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**, entendida como o conjunto de jovens, sejam rurais, indígenas, negros, homens e mulheres. Esse Plano tem por base, o direito ao estudo para a juventude antes de ingressar no

mercado de trabalho, tendo em vista que hoje o jovem tem que optar entre estudar ou trabalhar, principalmente para aqueles que são arrimos de família.

O movimento sindical tem atuado fortemente na internet, através das redes sociais, como Twitter, Facebook e Orkut e mesmo que se reconheça a importância desses meios na luta sindical, adverte-se que *não basta informar, tem que também serem utilizados para formar e não (de)formar.*

A militância que atua fortemente nessas redes precisa ser formada, para utilizar a ferramenta com eficácia, a partir dos interesses do movimento. A utilização da rede, apenas, para troca de opiniões pessoais ou o “culto a personalidade”, não contribui com a política de Formação na lógica do movimento sindical organizado.

Projeto Juventude na FASUBRA

Constituir uma nova geração de militantes sindicais combativos(as), que reconheça e valorize a história dos que estão na luta e que se comprometa com a construção do futuro, defendendo os direitos do conjunto da categoria, é uma meta a ser perseguida pela FASUBRA.

Inicialmente devemos construir um diagnóstico, em parceria com os sindicatos de base da FASUBRA, visando identificar o perfil do jovem trabalhador(a) para, de posse dos dados e informações, implantar um processo de formação sindical de militantes, com o objetivo de envolver o segmento na organização sindical.

Programas formais de capacitação sindical, abordando as temáticas relacionadas com a história do movimento sindical, com destaque à história e conquistas da FASUBRA, deve ser desenvolvida com o emprego de ferramentas atuais, que são de pleno conhecimento e utilização no cotidiano da juventude.

PLANO DE LUTAS

- Operacionalização do funcionamento do Departamento de Juventude, logo após a primeira reunião da Direção Nacional eleita no XXI CONFASUBRA, com o papel de pensar políticas para os(as) jovens na FASUBRA;
- *Propor Políticas públicas de universalização do acesso à internet para ampliação e democratização do debate, possibilitando que os acontecimentos sejam noticiados de forma imparcial e não, apenas, reforçando o poder da grande mídia;*
- A FASUBRA deve, através de sua agenda de lutas, propor projetos com o objetivo de qualificar o(a) jovem para o mercado de trabalho, a fim de que não seja expulso(a);
- Dar ênfase, nesses projetos, ao jovem de baixa renda, oportunizando seu acesso à qualificação profissionalizante, com justa remuneração e garantia de estudar;
- Os temas relativos à educação, comunicação, mercado de trabalho, devem integrar a Agenda da FASUBRA, construindo ações de parcerias com a UNE, além do trabalho URGENTE de atualização do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores;
- Reforma agrária ampla, garantindo o acesso a terra, ao crédito, ao apoio técnico e à distribuição e comercialização da produção - para que o jovem permaneça no campo e não parta para os grandes centros urbanos e trabalhar de forma precarizada;
- Instituir programas de incentivo à qualificação com transferência de renda, para melhoria da infraestrutura das escolas localizadas em zonas rurais e da interiorização das escolas técnicas e universidades;
- Lutar para que os adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos, de famílias com renda familiar per capita até ½ salário mínimo, recebam uma bolsa de incentivo até a conclusão do ensino, condicionada à sua frequência e progressão escolar;
- Estimular e promover as formas de acesso público e gratuito aos serviços de banda larga, com destaque para os/as jovens rurais e comunidades tradicionais, respeitando-se as especificidades e particularidades regionais e culturais;
- Estimular o desenvolvimento de programas de transferência de renda, voltados à escolarização e qualificação profissional para jovens trabalhadores(as) rurais assalariados(as), nos períodos de entressafra;
- Estimular iniciativas que permitam condições de acesso à terra e permanência de jovens trabalhadores rurais, em atividades agrícolas e não agrícolas, fomentando a produção sustentável baseada na agroecologia, com o emprego de tecnologias sociais apropriadas à agricultura familiar;
- Construção de Projeto em defesa do direito do jovem ao tempo livre e ao lazer, estendido a todas as classes sociais.

O BRASIL TEM UMA DÍVIDA SOCIAL QUE PRECISA SER PAGA

No Brasil o racismo é praticado de forma silenciosa e velada, mas se reflete de maneira explícita na educação, na saúde, na mídia e no mercado de trabalho, tendo em vista a exclusão que impõe aos negros(as), pois nesses espaços os indicadores sociais revelam desigualdades alarmantes, tendo em vista as diferenças existentes entre brancos e negros pobres e até entre homens e mulheres negras.

“O negro foi liberto da senzala mas vive preso na miséria da favela”.

(Escola de Samba Mangueira)

O anunciado fim do período tenebroso da história brasileira, ocorrido em 13 de maio de 1888, demarcado pela escravidão, não estabeleceu nenhuma política pública, que oportunizassem a inclusão de milhares de seres humanos negros e negras que, durante séculos, dedicaram suas vidas, suor e sangue, pelo desenvolvimento desse país. Ao contrário, foram relegados à marginalidade e ao abandono. O Estado brasileiro calou-se, por muito tempo, diante do mito da “Democracia racial” e se negou em construir justas políticas públicas de reparação a este povo. O Brasil, ainda, permanece com essa dívida, e os movimentos sociais organizados, ao lado da população negra, precisam reafirmar essa bandeira.

O povo negro – nossos verdadeiros ancestrais –, é bravo e guerreiro que, ainda, luta e resiste a essa chaga, representada pela escravidão, mantendo viva sua cultura, seus ritos religiosos e resistindo a todo custo ao jugo do senhor dos escravos. Muitos heróis, anônimos ou não, fizeram com a luta cotidiana a história de resistência do povo negro. Zumbi dos Palmares, João Cândido, Anastácia e muitos outros deixaram vivos em nossa memória o compromisso político de continuarmos resistindo e lutando.

Estatuto da Igualdade Racial

No dia 20 de outubro de 2010 foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Esse Estatuto representa uma ação afirmativa, composta de 65 artigos que por força de Lei, apresenta políticas públicas para superar esta lacuna de 122 anos, na qual por opção e/ou omissão, propagou-se a democracia racial no Brasil, como se as reparações não fossem devidas.

O Estatuto é uma tentativa de preenchimento deste século de omissão (122 anos) e dá maior visibilidade a esta temática, que passa a ser uma política pública. O governo tem que pensar em programas e ações que oportunizem a população afrodescendente a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, na qualificação profissional e na educação, dentre outras políticas de inclusão e garantia aos direitos mínimos da cidadania.

Sem dúvidas reacende esperanças e renova energias para as lutas do povo negro, iniciada pelos escravos e quilombolas. Essas lutas ainda encontram muita resistência no meio rural, com a negação do direito legítimo do registro de terras quilombolas e com as dificuldades de ingresso na Universidade, apesar das políticas de cotas, dentre outras.

O Estatuto está em consonância com questões tratadas na Convenção 111 de 1958, da OIT, ratificada pelo Brasil em 1965, no tocante a discriminação em matéria de emprego e ocupação, ao firmar em seu artigo V, a “responsabilidade do poder público de desenvolver ações, que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra”.

Essa legislação, para ser aprovada, sofreu várias modificações em seu texto original, durante sua tramitação no Congresso e mesmo assim foi um passo importante na luta do movimento negro pela conquista dos seus direitos, em uma sociedade que infelizmente ainda guarda resquícios das oligarquias e do coronelismo.

O governo reconhece a exclusão social do povo negro

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (SEPPIR), no campo institucional, em 2003, embora criticada por muitos, principalmente da direita reacionária, representa o reconhecimento do estado diante da complexidade, que representa a problemática racial brasileira. O Estado ao criar essa secretaria, durante o Governo Lula, passa a reconhecer que no Brasil a exclusão social está alicerçada em práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas e seu combate deve ser política de governo.

Esta Secretaria precisa do apoio dos movimentos sociais e sindicais comprometidos com esta luta, dado a disputa interna existente contra a sua permanência. É um órgão de estado com o poder de coordenar e articular as políticas públicas, em parceria com outros órgãos de governo e tem atuado, fortemente, para o surgimento de novas instâncias governamentais, com o papel de construir políticas de combate às desigualdades raciais, nas três esferas de governo.

Luta contra o preconceito – o caminho é a educação

“...Esse é um ideal pelo qual espero viver e também alcançar. Mas, se necessário for, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer...”
(Nelson Mandela)

A promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, na rede oficial e particular, abre uma perspectiva de combate ao racismo na base da formação do indivíduo. Porém, é necessário o incremento dessa temática no âmbito das universidades, com sua inclusão grade curricular dos cursos, possibilitando a formação de profissionais capacitados para ministrarem as aulas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Nos Programas de formação, temas transversais relativos à população negra, tais como: saúde do povo negro, situação da mulher negra, assédio moral e combate ao racismo, sexismo e qualquer tipo de discriminação, é imperiosa sua inclusão, para que revelem toda a problemática e, com isso, se pensem ações que possibilitem o avanço necessário.

Pesquisas com docentes do ensino fundamental demonstram que a “obrigatoriedade” da Lei, quanto a discussão das temáticas da História da África e Cultura Afro-Brasileira consiste numa forma eficaz de impulsionar ou constranger esses profissionais, quanto à aplicabilidade da Lei. Muitos dos professores, por falta de formação, ou mesmo por opção, ainda, não compreenderam que essas temáticas devem ser trabalhadas no cotidiano das escolas e não apenas no dia 20 de novembro ou no dia 13 de maio.

Muitas Escolas ficam no arremedo da Lei, organizando uma Semana da Consciência Negra em novembro ou em 13 de maio, com a aplicação de trabalhos escolares;

A Universidade precisa incluir em seus currículos, começando pelos Cursos de Licenciatura e bacharelado, o significado da Lei 10.639/2003, como uma possibilidade extensiva aos alunos, professores e demais participantes da comunidade escolar, quanto a construção de uma consciência que *“valorize os negros e seus descendentes na formação do povo brasileiro e não um modismo influenciado por uma data do calendário escolar.”*

Cotas Raciais e Sociais uma questão de reparação

As políticas de cotas sociais/raciais são, sem dúvidas, um elemento importante na construção da justiça social e na luta contra a discriminação social e racial. A FASUBRA foi a primeira entidade da educação superior a se manifestar favorável à criação das políticas de cotas raciais, depois evoluindo para as sociais, por compreender sua abrangência e seu efeito estratégico.

Várias Universidades Federais, no gozo de sua autonomia, implantaram o sistema de cotas, de formas diferentes. Podemos identificá-las como cotas raciais para negros e

indígenas, cotas para alunos de escolas públicas, e as chamadas cotas mistas. Mais de cinquenta Instituições Públicas de ensino superior já adotaram as cotas, favorecendo o ingresso de mais de 50 mil alunos negros na universidade pública. Esse movimento provocou reações de setores contrários às cotas, que estavam “invisíveis”. O ponto positivo é que o debate foi reaberto, tanto no Congresso Nacional, nas Universidades e no STF.

A FASUBRA deve continuar incrementando este debate junto às entidades de base, mobilizando trabalhadores, professores, estudantes e militantes, exercendo pressão nos conselhos universitários, a fim de que aprovem o sistema de cotas, onde ainda não foram implementadas.

Nesse processo de consolidação das cotas raciais, com corte social, a FASUBRA deve iniciar o debate de cotas para mulheres negras e indígenas, considerando as características regionais e sócio raciais.

Esse debate das cotas é importante, principalmente se considerarmos que o **Brasil é um País de Cotas**, que foram estabelecidas ao longo da história, com os mais diferentes fins e propósitos. **Porque não COTAS RACIAIS E SOCIAIS?**

Temas que merecem atenção da FASUBRA

Ao se tratar de população negra, principalmente em atividades nos movimentos sociais, sindicais e estudantis, a **violência policial**, está na ordem do dia, por ter se revelado, particularmente cruel, mais em relação a negros(as), por serem mais vulneráveis. A FASUBRA, na sua condição de entidade da educação, deve debater formas de se integrar aos fóruns de segurança pública, propondo políticas de combate a violência contra negros(as), realizando campanha de informação para que os trabalhadores negros(as) exerçam seus direitos de cidadão e denunciem a violência policial.

A **intolerância religiosa** é, também, tema que necessita ser debatido, com urgência, nos fóruns do movimento sindical, devendo ser praticada a solidariedade com qualquer pessoa vitimada por esse tipo de intolerância. Seu combate é inadiável, pois tratar-se de uma chaga social de consequências imprevisíveis.

O debate sobre o direito à liberdade de culto religioso deve ser objeto de preocupação da FASUBRA, solidarizando-se com os praticantes das religiões de matriz africana, vítimas de preconceito, discriminação e todos os tipos de violência, inclusive, policial em vários espaços da sociedade.

Saúde da população negra é outra área que necessita de políticas mais efetivas. O diagnóstico da anemia falciforme e do traço falciforme é importante para que se oriente e acompanhe o negro(a) integrante do PCCTAE.

STF ataca a autonomia e democracia do acesso nas Universidades

Os setores conservadores da sociedade, representados pelo DEM, aliado do PSDB, ingressaram com ação junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o sistema de cotas raciais da UNB, alegando que as cotas raciais não são apropriadas para o Brasil.. Esta ação, caso seja vencedora no STF, proibirá o acesso ao ensino superior em uma Universidade Pública de Qualidade, a estudantes negros(as), que ingressaram através do sistema de cotas na UNB.

A FASUBRA Sindical denunciou publicamente a ação do STF, que coloca mais uma barreira, agora pelo poder judiciário, na luta travada no âmbito da sociedade e no legislativo, no qual tramita, há anos, Projeto de Lei, que estabelece uma política de reparação histórica aos afro-descendentes, através das Cotas Raciais e Sociais nas Universidades.

O debate, mesmo que moroso, polêmico, disputado no Congresso Nacional, sobre as COTAS RACIAS E SOCIAIS, deve ser respeitado, pois é naquele fórum que as políticas de estado devem ser legisladas.

Os(as) negros(as) são maioria entre os pobres e analfabetos. Esses dados estatísticos comprovam a triste e vergonhosa realidade brasileira – a discriminação racial, escondida sob o manto da democracia racial.

Nessa Luta os movimentos sociais e sindicais não devem perder de vista que, o que está em jogo é a concepção de estado e de país que defendemos. O projeto estratégico dos

trabalhadores(as) não pode ser abandonado. A virada dessa página está nas mãos do povo brasileiro, que não deve se calar!

O movimento sindical tem que investir na formação de que no Brasil, a **raça é fator de discriminação educacional, portanto é determinante da pobreza.**

Plano de lutas

- Lutar pela ampliação e fortalecimento de ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.
- Incluir nos programas de formação, temas transversais relativos à população negra, como saúde do povo negro.
- Elaborar estratégias de intervenção nos Conselhos Universitários para que seja incluída na grade curricular, a temática "História e Cultura Afro-Brasileiras.
- Lutar e definir estratégias para que a lei 10.639/03 seja cumprida nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior da rede oficial e particular.
- Garantir, no aprimoramento da Carreira, cotas para os integrantes do PCCTAE, negros e negras, no que se refere à capacitação e qualificação.
- Lutar para que sejam aprovadas nos Conselhos Universitários políticas de ação afirmativas, cotas (acesso) e permanência.
- Elaborar cláusulas relativas às ações afirmativas, com propostas de ações e políticas efetivas contra a discriminação racial e pela promoção da igualdade de raça, no âmbito das relações de trabalho,
- Lutar para que sejam estabelecidas ações afirmativas em concursos públicos que contemplem a questão racial e a carência econômica.
- Lutar pela realização de censo para determinar a composição racial, étnica e de cor dos servidores do PCCTAE, ressaltando que os sindicatos terão acesso aos resultados do levantamento. Determinar, também, que a resposta à pesquisa seja opcional e que o formulário de pesquisa tenha como base as categorias do IBGE e que as informações passarão a constar no sistema de cadastro, sendo atualizado no processo admissional.
- Lutar pela inclusão do exame de anemia falciforme nos exames admissional e periódico para trabalhadores(as) negros(as).
- Lutar pelo combate a violência policial, que tem atuado de forma discriminatória contra a população negra.
- Lutar contra a homofobia e a intolerância religiosa.
- Garantir que o Encontro de Negros (as) e Militantes Antirracismo Técnicos Administrativos em Educação das Universidades seja realizado até setembro de 2012.
- A FASUBRA deve publicar, até o mês de novembro, para ser lançado no dia da Consciência Negra, em seus Cadernos de Formação, textos assinados pelas forças que compõem a direção da FASUBRA, sobre Cotas Raciais e Sociais.

FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SINDICAL

"A luta, por mais justa que seja, sem a presença do estudo crítico da realidade, da reflexão teórica, perde substância, esvazia-se de conteúdo. Sem a formação continuada e permanente, sem a disciplina de nos tornamos intelectuais de nossa classe, caímos num praticismo pragmático, num administrativismo, num burocratismo perigoso, acrílico, apolitizado, e nos tornamos escravos do cotidiano. O sindicato se reduz ao um conjunto de tarefas imediatas, sem sentido estratégico, transformador e sem ruptura com o status quo." (Florestan Fernandes)

A luta dos(as) trabalhadores(as), a organização sindical no mundo e no Brasil contemporâneo, a disputa de hegemonia, as práticas e estratégias de luta só podem ser incorporadas e compreendidas pelos(as) trabalhadores(as), se os sindicatos e a FASUBRA, em particular, priorizar o investimento em Formação Sindical.

A Formação Sindical está no cotidiano do movimento sindical e da FASUBRA, que possui uma Coordenação Específica para tal. Mas, o que é feito para formar nossos militantes, além dos espaços de Plenárias, Seminários e Encontros temáticos?

A FASUBRA Sindical está consciente da complexidade do mundo atual, da necessidade do sindicato acompanhar as transformações das relações de trabalho, da mudança no perfil do(a) trabalhador(a), mas mantém a forma ortodoxa de formar, e na maioria das vezes não consegue nem informar.

Não adianta defender a importância da Formação se pouco for desenvolvido. Resoluções de instâncias da FASUBRA indicam inúmeras políticas, sendo que grande parte das mesmas sequer foram cumpridas. Fica uma pergunta no ar – Por que não?

O conjunto da base representada pela FASUBRA reivindica Formação e Informação, principalmente nos espaços de formação usualmente utilizados pela FASUBRA como Seminários Temáticos.

Dado a heterogeneidade de composição e formação da base dos trabalhadores (as) das Universidades, a formação torna-se urgente, para os quadros de novos trabalhadores que ingressaram na Universidades pós 2003, e para os militantes e dirigentes com mais tempo no Serviço Público e na Universidade.

- A FASUBRA já realizou vários Encontros de Formação para definir qual a política para este Setor. Nesses Encontros é de consenso que formação é um instrumento prioritário na política da Federação, começando pela formação dos próprios dirigentes sindicais, avançando para o conjunto da categoria.

As mudanças no mundo do trabalho e no planeta traz como necessária a inclusão de novas temáticas formativas, que além de oportunizar a compreensão ortodoxa da história da luta sindical, elementos de conjuntura, técnicas de oratória, etc., possibilitem o estudo das mudanças nas relações de trabalho, novas tecnologias de acesso a informação, direitos sociais, meio ambiente (o clima, a água), a saúde do homem e do planeta, gênero, cultura, educação, concepções de Estado.

Os sindicatos passam por momentos importantes, demandando uma compreensão histórica de sua trajetória, visando adequar esta ferramenta de luta aos desafios da conjuntura.

- A Formação neste contexto torna-se estratégica e imprescindível.

O Coletivo Tribo, reivindica que a FASUBRA implemente as resoluções já aprovadas relativas a Formação, precedida de sua atualização, em oficina a ser convocada pela Direção da entidade.

É necessário enfrentar os desafios em função das transformações ocorridas no perfil do(a) trabalhador(a), que pela sua “alienação” política não se interessa pela militância. A mídia tem desenvolvido um papel prestando um “des” serviço na formação do indivíduo. O ataque ao serviço público e aos seus “servidores”, provoca um desestímulo nesta área de trabalho, fazendo com que parcela do contingente de novos trabalhadores que ingressam na Universidade, vejam este espaço de trabalho como “provisório”. Ao lado dessas questões, a vocação individualista e consumista do homem neste século e a tendência da opção pela sobrevivência capitalista em detrimento da convivência e solidariedade socialista toma corpo dos homens e mulheres.

Tantos desafios implicam numa atualização das políticas de formação, na busca de instrumentos que combatam esta avalanche negativa e possibilite a construção de uma **Agenda Positiva na área de Formação Sindical.**

A FASUBRA deve investir na Formação de suas direções e base, promovendo estudo para superar o “simplismo” e a “banalidade” “*dos chavões, das palavras de ordens vazias de conteúdos, e aprofundar na reflexão política da realidade em que vivemos*”.

Helder Molina, formador da CUT em texto atual, faz uma reflexão importante sobre o papel da Formação que socializamos com o conjunto de nossa categoria:

“Ler, criticar o que lê, estabelecer comparações sobre o que se está lendo, buscar dados, informações complementares, se abastecer de teoria, para enfrentar um praticismo cada dia mais despolitizado que assola o sindicalismo atual. A formação é uma arma estratégica, uma ferramenta cada dia mais essencial, pois ela permite o debate, a reflexão coletiva, a elaboração científica das respostas aos nossos atuais desafios.

(...)O sindicalismo combativo deve aprofundar a formação, para consolidar-se, tornar-se mais representativa, forte, democrática, autônoma, independente, e de luta e enraizada em todo território nacional. Não é hora de divisão, é hora de dar sentido e engajamento estratégico.

Organizar um coletivo de formação, manter uma agenda de cursos, com metodologias que garantam a participação de todos, em todos os níveis, sem dogmatismos, sem preconceitos, sem patrulhamentos, sem arrogâncias pretensamente intelectuais, são tarefas da gestão sindical. Analisar a conjuntura, discutir e conhecer as concepções sindicais em disputa hoje no movimento, conhecer a história de nossa classe, estudar as classes sociais, o Estado brasileiro, abordar as questões de gênero, sexualidade, juventude, aposentados, questões étnico-raciais, enfim, uma agenda plural, que não seja meramente decorativa, mas permanente, continuada, para fazer avançar nossa organização, na luta contra o capitalismo e seu Estado, a burguesia, e os inimigos dos trabalhadores.

A FASUBRA, ciente da necessidade do investimento em formação, precisa ampliar a construção de redes sindicais, envolvendo as mais diversas áreas temáticas do mundo da Universidade.

A construção e funcionamento de espaços institucionais dentro da FASUBRA, como Departamentos temáticos, já incluídos no estatuto da Federação, GT's em parceria com as Coordenações que integram a Direção Executiva, proporcionará avanço significativo na organização dessa Federação, na medida em que se priorizará como ação dessas estruturas a formulação de projetos, que se constituirão em ações políticas da Federação.

Para o **Coletivo Tribo** a organização dos(as) trabalhadores(as) deve se constituir no objeto primeiro de cada indivíduo consciente de sua responsabilidade social. Para tanto se faz necessário o investimento na formação e formulação de projetos para qualificar e melhor instrumentalizar a FASUBRA no espaço de disputa com o governo.

PLANO DE LUTAS

- *Atualizar e Implementar as resoluções do Encontro Nacional de Formação da FASUBRA.*
- *Definir um prazo de 01 ano neste CONFASUBRA, para implementar o Projeto Memória da FASUBRA.*

O PODER DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

A comunicação no Brasil era pública até a década de 90 e abrangia um parque tecnológico tido como referência, porém a privatização surgiu a partir do sucateamento da infra-estrutura e através da telefonia fixa com tarifas elevadas.

Numa sociedade baseada pela mediação da grande mídia, faz-se necessário quebrar o paradigma de que a comunicação está consolidada no Brasil, apenas como espaço de manipulação política e obtenção de lucro. É fundamental defender a Comunicação como uma política pública e como um direito humano.

É preciso ter a clareza do papel da comunicação na disputa de hegemonia na sociedade brasileira, investindo na conformação de uma rede para fazer o necessário contraponto à desinformação, ao preconceito e à criminalização dos movimentos sociais, praticada pelas grandes redes privadas.

A construção de instrumentos próprios de comunicação das entidades sindicais, além de permitir um contato mais próximo com o fato concreto, possibilita uma expressão mais íntima – e legítima da base – contribuindo com mobilização e consciência da classe trabalhadora.

O desafio principal passa pelo fortalecimento da rede de comunicação ampliando os espaços e os instrumentos de comunicação em nossos sindicatos.

A importância da Comunicação Sindical democrática

O **Coletivo Tribo** tem a clareza sobre o importante papel da comunicação sindical ao deparar com os desafios a serem enfrentados pela disputa hegemônica dentro da sociedade, que coloca como tarefa urgente o acesso à informação dentro do meio sindical defendendo suas bandeiras de luta em defesa da classe trabalhadora.

A FASUBRA deve priorizar e intensificar uma política de comunicação, induzindo suas filiadas para que desenvolvam o mesmo, com a perspectiva de socializar os projetos, planos de ações nacionais da categoria e as campanhas nacionais.

O **século XXI** é da informação e conhecimento, fator indispensável para a conscientização política do indivíduo. A comunicação sindical além de servir de canal para informar e formar a categoria acerca das demandas sindicais corporativos, constituir-se-á numa ferramenta de disputa da hegemonia na área de comunicação.

O papel do Estado e a democratização da comunicação

O Estado não pode se omitir no seu papel de democratizar a comunicação, proporcionando a todos cidadãos, independente de sua classe social o acesso a informação e comunicação.

Enquanto predominar o monopólio midiático privado, que controla os meios de comunicação, não haverá condições para disputar a hegemonia desse setor. O movimento sindical precisa se preparar para disputar os espaços de comunicação, utilizando ferramentas alternativas.

O movimento social dentro deste contexto sofre a criminalização por parte dos setores conservadores da mídia, que exige cada vez mais, a construção de ferramentas sindicais, que preparem os movimentos sociais e sindicais para o embate.

As resoluções da Conferência Nacional de Comunicação, representa um marco importante na perspectivas de mudanças nesse setor. Só com a democratização da comunicação é que teremos uma democracia de fato.

Disputar a hegemonia midiática

O movimento sindical precisa se instrumentalizar para criar uma estratégia de disputa hegemônica em frente ao latifúndio midiático que impera em nosso país. A mídia burguesa aproveita-se de sua capacidade de manipulação nas mentes e corações da sociedade por não haver mecanismos que garantam espaço ao contraditório.

Este contra ponto se dará com a participação de nossa categoria na próxima Conferência Nacional de Comunicação, onde deveremos defender políticas de mecanismos de controle público da comunicação para disputarmos a garantia de um horário sindical, com espaço gratuito para as centrais sindicais, proporcional à sua representatividade, a exemplo do que já acontece com os partidos políticos.

A comunicação tem um papel importante na disputa da hegemonia, pois atinge diretamente cada cidadão em seu locus de atuação e também proporciona ao Estado o reconhecimento das vozes dos movimentos sociais e sindicais – que poderão programar políticas públicas para avançar, consolidando uma democracia participativa.

Potencializar as ações através de Ferramentas essenciais

Torna-se prioritário e importante para o movimento sindical ter a clareza de como utilizar os recursos da comunicação. O **saber** faz parte da disputa hegemônica, daí a necessidade de que os dirigentes sindicais se apoderem dessas ferramentas para estarem articulados nacionalmente com a categoria.

Hoje em dia é imprescindível que todo o sindicalista tenha o hábito de postar nas redes sociais tudo o que acontece no movimento sindical. A comunicação é uma via de mão dupla, as informações estão em um constante vai e vem.

Fasubra em Banda larga e Internet

O panorama histórico nesta última década, apresenta um avanço midiático através da Banda Larga e Internet, que levaram a Fasubra Sindical a acompanhar e interagir nesses avanços tecnológicos no campo da comunicação através das Redes Sociais. Isso demonstra a importância no uso das ferramentas da internet para a comunicação sindical, como Facebook, Twitter, entre outros.

É necessário realizar uma campanha para ampliar a inserção de dirigentes e militantes nas redes sociais do Portal da Federação aumentando o incentivo a produção de conteúdos locais para serem postados nas mídias sindicais articulando entre Formação e Comunicação, como o objetivo de capacitar todos os atores sociais da Rede FASUBRA e entidades de base.

Apesar de todo este avanço considera-se importante manter uma periodicidade em jornais impressos, revistas ou cadernos de formação, informativos, campanhas ampla divulgação de cartilhas, sítio da federação e redes sociais com informações sempre atualizadas, e em todo e qualquer instrumento em que a verdade prevaleça para continuar agregando e interagindo com parceiros/as nos movimentos sociais e pela democratização da comunicação.

PLANO DE LUTAS

- Campanha de inserção de dirigentes e militantes nas redes sociais do Portal da Federação aumentando o incentivo a produção de conteúdos locais para serem postados nas mídias sindicais.
- Publicação de jornais impressos, revistas ou cadernos de formação, informativos.

MULHER TRABALHADORA

*“Sou a rainha do meu tanque/Sou Pagu indignada no palanque
Fama de porralouca, tudo bem/Minha mãe é Maria Ninguém
Não sou atriz-modelo-dançarina/Meu buraco é mais em cima
Nem toda feiticeira é corcunda/Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone/Sou mais macho que muito "home"
(trecho da canção Pagu, de Rita Lee e Zélia Duncan)*

A tradição cultural que ainda continua definindo o homem como provedor da família só vem constatar a tese de que o capitalismo não dividiu apenas a sociedade em classes, também criou a separação entre o espaço público, que é o território dos homens, dos iguais, da liberdade e do direito, e o privado, que é imposto como o lugar das mulheres, do doméstico, da subjetividade e do cuidado – com os filhos (as), com a casa, com o papel de guardiã do afeto e da família. Em síntese, o homem é o provedor da família que trabalha e se realiza no espaço público, enquanto que a mulher deve sentir-se realizada executando as tarefas para ela designada no espaço privado. O mais irônico é que os modelos do homem que trabalha fora e da mulher que só realiza o trabalho doméstico nunca existiu de fato – apenas uma pequena parcela das mulheres viveu nesta situação.

Mulher trabalhadora – negra ou branca, do campo ou da cidade

A história mostra que a mulher negra sempre trabalhou, primeiro como escrava, depois como doméstica e/ou vendedora ambulante. A mulher do campo, além dos afazeres domésticos, trabalhavam na roça, no cultivo da horta, na criação de animais e na produção de artesanato. É bastante expressivo o número de mulher da cidade que começou a viver sozinha com seus filhos(as), trabalhar fora de casa e ser provedora da família. Também, foi se tornando cada vez maior o número de mulheres que passou a dividir com o companheiro a responsabilidade pela manutenção da casa e da família.

A sociedade contemporânea continua imputando à mulher este “papel” doméstico, demarcado no mercado formal de trabalho, através de postos com tarefas semelhantes às desempenhadas em seu domicílio como, por exemplo: babá, auxiliar de enfermagem, serventes de limpeza, cozinheiras e outras profissões consideradas menos qualificadas e exclusivas para mulheres. Apesar dos avanços significativos, essa cultura ainda prevalece e domina os ambientes de trabalho.

Ao mesmo tempo em que reflete valores sociais que atribuem um papel secundário às mulheres, também contribui (m) para a reprodução desses valores, o que pode ser observado mediante a divisão de gênero no trabalho, a segmentação ocupacional, as barreiras de acesso à qualificação profissional e de ascensão aos postos mais elevados nas empresas e instituições públicas e privadas.

A mulher buscando seu espaço no mundo “masculino”

Segundo o IBGE, as mulheres são quase a metade da população brasileira, constituindo 43% do mercado de trabalho formal e sendo responsáveis pelo sustento de cerca de 1/3 das famílias. Também são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia. No mercado formal, as mulheres se concentram nos postos de trabalho menos qualificados, nas funções de menor prestígio social e com menor remuneração, mesmo com a tripla jornada que lhes é imputada pela sociedade.

Ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam barreiras e questões que vão incidir nas relações que estabelecem com o poder nas esferas do espaço público e privado. Na esfera política, então, carece de profunda reflexão. Dados estatísticos demonstram que as mulheres ainda têm seu espaço de participação na esfera política inferior a sua importância no mercado de trabalho e na sociedade. Modificar este quadro e abrir novos espaços para atuação profissional é o desafio das mulheres há décadas.

FOUCAULT, fazendo referência a CASTRO (1995), afirma que “as relações de poder são, possivelmente, as estratégias mais bem escondidas no corpo social”. No mundo sindical, o poder toma corpo nas relações marcadas por hierarquias e define lugares para homens e mulheres. MACHADO (1993): considera que “O poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, introduz comportamentos, aumenta a utilidade econômica e diminui a força política dos indivíduos”. O poder não existe isoladamente, é relacional e a base dessa relação é o seu atrelamento com a hierarquia materializada nos diferentes espaços políticos e nas relações subjetivas que se constituem na esfera do privado e que repercutem nas diversas dimensões da esfera pública.

A participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão tem marcado um diferencial de estilo e de conteúdo no espaço político de representação social e nas práticas políticas das relações de poder. A contribuição efetiva das mulheres no que se refere à construção de espaços democráticos e solidários de representação social têm sido fundamental para mudanças efetivas nas relações interpessoais no mundo do trabalho.

Um mundo sem violência, que respeite os direitos das mulheres, é possível?

Viver sem nenhum tipo de violência é um direito de todas as mulheres independente de origem, classe, orientação sexual ou crença. É direito da mulher exercer conscientemente o controle de suas vidas, não apenas ocupando espaços na sociedade, mas construindo as

condições para garantir o pleno exercício da cidadania, da vida digna, com trabalho, saúde, educação e sem nenhum tipo de violência, enfrentando as desigualdades impostas pelo capital, aliando trabalho decente a garantia de direitos.

Na luta pelos direitos, as entidades de classe devem:

- lutar pela inclusão da mamografia nos exames periódicos a partir dos 35 anos, considerando as estatísticas do SUS.
- debater a legalização do aborto, bandeira importante de luta do movimento de mulheres, que traduzida em indicadores mostram que a classe mais vulnerável a criminalização é a classe pobre. Legalizar o aborto não significa incentivar o mesmo, mas sim dar direito a mulher de decidir sobre seu corpo. A mulher deve ter direito de ser dona de si mesma, escolher sobre a sua sexualidade e optar ou não pela maternidade.
- promover campanha contra a homofobia, e debater no dia nacional da visibilidade lésbica os direitos das mulheres que tem essa orientação, como adoção de filhos, plano de saúde, pensão, direito a não sofrer assédio, discriminação e nenhum tipo de violência.
- oferecer condições para que mulheres com filhos menores de idade, participem dos fóruns deliberativos nacionais da categoria como plenárias e congressos.
- incentivar a juventude feminina no movimento sindical, construindo redes sociais específicas para este segmento, realizando encontro de jovens que objetivem formação política sindical, arte e cultura.
- orientar políticas no âmbito das universidades que atendam as necessidades das mulheres da melhor idade, como lazer, esportes, atenção a saúde física e mental, valorizando a participação das mesmas nos espaços sindicais, considerando as suas experiências como fundamentais para a transformação social e para a formação de novas lideranças.
- realizar oficinas, seminários e palestras sobre saúde feminina para oferecer condições destas intervirem em todos os espaços por elas ocupados.

Em suma, é de extrema importância que as mulheres conheçam seus direitos, estejam presentes e atuantes nas organizações sociais e políticas e se preparem para atuar na negociação coletiva, desde os locais de trabalho até as mesas de negociação, não somente entre trabalhadora(e)s e empresária(o)s, mas também nos espaços institucionais para discussão das políticas públicas, ratificando assim a sua qualidade enquanto sujeito social e político.

Considerando a importância educativa e preventiva, de proteção às vítimas e de punição aos agressores, A FASUBRA deve elaborar política de popularização da Lei Maria da Penha, para as suas bases.

Há espaço de poder para a Mulher Trabalhadora na esfera sindical?

O machismo e a divisão sexista do trabalho se reproduzem no espaço sindical, onde mulheres são levadas a realizar atividades tradicionalmente femininas. Enquanto que os homens pensam a política e tornam-se hegemônicos, as mulheres são levadas a ocupar de tarefas pragmáticas, sem grandes perspectivas de transformação. O reconhecimento da desigualdade, principalmente no que se refere à conciliação do espaço privado com o público e a linguagem cotidiana, é muitas vezes recheada de adjetivações preconceituosas e politicamente incorretas, por isso, é importante perceber como está definido no imaginário das mulheres, o lugar que elas ocuparam no passado e ocupam hoje como detentoras do poder.

Para CASTRO(1995:32) “... na ambiência sindical, poder significa: quem toma as decisões quanto às prioridades da vida sindical; quais os temas que integram uma pauta de negociação; quem fala e representa a heterogeneidade das constituintes; e por quais hierarquias as experiências são codificadas e selecionadas”. No mundo sindical o poder se corporifica a partir das posições políticas e da correlação de forças consolidadas nos lugares ocupados por homens e mulheres, tidos como força motriz da organização sindical. Assim a divisão do poder nesse espaço tem tomado como referência as tendências (correntes político-ideológicas) para definição no preenchimento dos cargos de poder mais expressivo.

As mulheres, ao conquistar postos de direção na esfera sindical, garantem a representação feminina no mundo do trabalho e da política.

As limitações da organização desta estrutura não possibilitam sua participação integral, com maior desprendimento e disponibilidade e dificultam a participação das mulheres no espaço de poder sindical. As pesquisas constataam que, em que pese as conquistas alcançadas, a mulher, continua ocupando, na maioria das vezes, cargos secundários e não os mais destacáveis como, por exemplo: presidência/coordenação geral, ou nas áreas administrativa, jurídica, financeira. É fato que na atualidade já se constata mulheres ocupando cargos de direção outrora só destinados ao sexo masculino. Esses espaços aos poucos são conquistados, mas, as mulheres estão sempre sob pressão e têm sempre que dar provas de competência para mantê-los.

- ***FASUBRA deve promover formação política na perspectiva de gênero, raça e classe, visando instrumentalizar as mulheres para o enfrentamento de preconceitos relacionados com a sua feminilidade e competência pessoal e profissional.***

A luta da Mulher Trabalhadora no mundo predominantemente masculino

A presença da mulher no poder traz para o interior do sindicalismo o debate sobre as premissas fundamentais para contribuir com o processo de construção do indivíduo social, capaz de interagir com o poder nos diversos espaços políticos, reforçados pela auto-estima, pela valorização pessoal e pela compreensão da capacidade política de negociar condições favoráveis a sua participação.

Há décadas, reflete-se sobre a discriminação vivida pelas mulheres nos diversos espaços sociais e políticos e a necessidade de formular e articular ações políticas que contemplem a nossa luta contra a opressão e a exploração, a partir de uma análise das relações de gênero com base na construção sociocultural do ser homem e do ser mulher. As ações afirmativas visam principalmente a inclusão das reivindicações das trabalhadoras na ação sindical, através da negociação coletiva, da discussão de gênero na política nacional de formação, do debate sobre a valorização e profissionalização do trabalho exercido pelas mulheres, de forma a contribuir com a redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nos movimentos sociais e político-sindicais.

É visível o crescimento cultural e político das mulheres que vem transformando esses espaços entendidos pelos homens sem grande importância, em espaços de formação político-cultural e na preparação de projetos políticos que contribuem para o crescimento e fortalecimento do sexo feminino na esfera político-sindical. Hoje, as mulheres estão no dia-a-dia da luta de classes, participando ativamente das greves, das campanhas salariais, na mobilização dos trabalhadores em geral. Mas, na maioria das vezes, continuam não representadas à altura nas instâncias de poder.

- ***Para que a Mulher Trabalhadora tenha condições efetivas de reconstruir os espaços político-sociais é necessário também lutar pela sustentabilidade urbana, creches, lavanderias públicas, transporte público, meio ambiente saudável e segurança alimentar, elementos fundamentais para a qualidade de vida e inclusão de grupos vulneráveis***

Há avanços da Mulher Trabalhadora no mundo político-sindical?

A presença massiva das mulheres no espaço público, no mercado de trabalho, nos partidos políticos, nos sindicatos, federações, confederações e associações comunitárias trouxe contribuições importantes para a sociabilidade e aceitação da Mulher Trabalhadora nesse universo e, em especial, no movimento sindical. A sua participação política, no exercício do poder nas direções das entidades sindicais tem trazido para o cotidiano das relações sociais a discussão sobre o reconhecimento da construção de um espaço político baseado nas diferentes experiências de participação, mesmo com a tripla jornada que lhes é imputada pela sociedade.

Com a crescente evolução do sexo feminino no contexto sócio-político em nosso país, as mulheres estão chamando para si a responsabilidade de elaborar e desenvolver políticas que atendam mais e melhor às necessidades das categorias em que estão inseridas. Estão enfrentando sem medo as barreiras culturais e políticas impostas pela sociedade deixando de lado a cultura de que a mulher só pode assumir cargos em área menos relevantes que, por serem considerados formais, não podem produzir políticas que coloquem em cheque a posição majoritária dos homens dirigentes. É preciso enfatizar que o espaço político-sindical é de mulheres e homens e não é possível conviver democraticamente sem considerar estas questões.

- **Sob esta ótica, a FASUBRA, deve investir na organização e formação das mulheres.**

PLANO DE LUTAS

- *Discussão de cotas de gênero na FASUBRA*
- *promover a ocupação de espaços políticos, garantindo 50% das vagas para as mulheres na direção nacional, respeitando a proporcionalidade além de orientar esta prática nas bases;*
- *construir, através de grupo de trabalho, um programa de formação política na perspectiva de gênero, raça e classe para mulheres dirigentes sindicais e para trabalhadoras das IFEs, realizando, a cada dois anos, o Encontro de Mulheres;*
- *elaborar política de popularização da Lei Maria da Penha, para as suas bases;*
- *participar de fóruns de debate e espaços de formação política (s) para as mulheres, promovidos pelos movimentos sociais, feministas e instituições públicas;*
- *lutar pela inclusão da mamografia nos exames periódicos a partir dos 35 anos, considerando as estatísticas do SUS.*
- *realizar oficinas, seminários e palestras sobre saúde feminina para oferecer condições das mulheres intervirem em todos os espaços por elas ocupados.*
- *debater a legalização do aborto, bandeira importante de luta do movimento de mulheres;*
- *promover campanha contra a homofobia, e debater no dia nacional da visibilidade lésbica os direitos das mulheres que tem essa orientação, como adoção de filhos, plano de saúde, pensão, direito a não sofrer assédio, discriminação e nenhum tipo de violência.*
- *oferecer condições para que mulheres com filhos menores de idade participem dos fóruns deliberativos nacionais da categoria como plenárias e congressos.*
- *incentivar a juventude feminina no movimento sindical, construindo redes sociais específicas para este segmento, realizando encontro de jovens que objetivem formação política sindical, arte e cultura.*
- *orientar políticas no âmbito das universidades que atendam as necessidades das mulheres da melhor idade, como lazer, esportes, atenção a saúde física e mental, valorizando a participação das mesmas nos espaços sindicais, considerando as suas experiências como fundamentais para a transformação social e para a formação de novas lideranças.*

Homofobia e LGBT no Brasil

“A homofobia é como o racismo, o anti-semitismo e outras formas de intolerância na medida em que procura desumanizar um grande grupo de pessoas, negar a sua humanidade, dignidade e personalidade.” Coretta Scott King

Homofobia é uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, contra transgêneros e pessoas intersexuais. Referem-se variavelmente a antipatia, desprezo, preconceito, aversão e medo irracional. É observada como um comportamento crítico e hostil, assim como a discriminação e a violência com base em uma percepção de orientação não heterossexual.

As formas mais discutidas estão a homofobia institucionalizada (por exemplo, patrocinada por religiões ou pelo Estado, a lesbofobia, a homofobia como uma intersecção entre homofobia e sexismo contra as lésbicas, e a homofobia internalizada, uma forma de homofobia entre as pessoas que experimentam atração pelo mesmo sexo, independentemente de se identificarem como LGBT.

A homofobia se manifesta de diferentes formas e vários diferentes tipos têm sido registrados, entre os quais está a homofobia interiorizada, a homofobia social, a homofobia emocional, a homofobia racionalizada, além de outras.

O insulto homo fóbico pode ir do bullying, difamação, injúrias verbais ou gestos e mímicas obscenos mais óbvios até formas mais subtis e disfarçadas, como a falta de cordialidade e a antipatia no convívio social, a insinuação, a ironia ou o sarcasmo, casos em que a vítima tem dificuldade em provar objetivamente que a sua honra ou dignidade foram violentadas.

A CF-1988 proíbe qualquer forma de discriminação de maneira genérica. Várias leis estão sendo discutidas a fim de proibirem especificamente a discriminação aos homossexuais.

O PLC 122/2006, atualmente em tramitação no Congresso, propõe a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os aos demais preconceitos já objeto da Lei 7716/89.

O reconhecimento da união estável de casais homossexuais pelo STF avança na luta contra a discriminação e preconceito. O governo, em 2004, criou o programa "Brasil sem Homofobia" e no ano de 2011, foi lançado pelo governo do Brasil o número de telefone "Disque 100" para denunciar atos homo fóbicos.

PLANO DE LUTAS

- A FASUBRA deve pautar em seus Grupos de Trabalho a temática em relação da Homofobia, Preconceito e discriminação sexual.
- Desenvolver campanha de esclarecimento e respeito a liberdade de expressão sexual.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (O QUE SE PODE E SE DEVE FAZER DIANTE DOS DESAFIOS?)

Diante dos desafios colocados pela problemática que envolve o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável o movimento sindical deve se envolver, pensando soluções práticas, que garantam o futuro do planeta e das próximas gerações.

O movimento sindical deve, além do debate teórico, revestir-se de práticas cotidianas, que sejam capazes de mudar comportamentos, como preconiza a "Carta da Terra", a "Agenda 21" e muitos outros documentos já produzidos, incluindo os que ainda virão, a serem elaborados na Rio +20 – momento importante para o resgate do que foi debatido e decidido na Eco 92.

É chegada a hora do movimento sindical repensar sua atuação, como protagonista de mudanças sociais, se adequando à nova realidade do planeta, que reclama, de todos, uma participação efetiva e pragmática, através da qual ofereça, também, sua contribuição, como ator importante e atuante no cenário mundial, aliviando a pecha de que é corporativista e se preocupa apenas com os interesses imediatistas, próprios das categorias que representa.

O movimento sindical tem sido pródigo em denunciar as práticas neoliberais, como a exploração do trabalho pelo capital, os processos privatizantes e todas as demais mazelas, próprias do capitalismo vigente. Mas ainda não foi capaz de oferecer soluções para combater alguns desses males, a partir de uma auto-reflexão, incluindo em sua agenda, um movimento que mobilize todas as suas forças e capacidades, a fim de formar um amplo "mutirão" em prol das "*mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida*" (Carta da Terra), pelas quais o planeta clama.

- Não basta denunciar, há que se fazer, urgentemente, a partir do próprio exemplo, pois, combate-se o capitalismo, mas se consome em demasia; clama-se por solidariedade,

mas se cultiva o individualismo; reclama-se da poluição, mas se produz lixo, de forma desmedida e irresponsável. Isso tem que mudar!

A FASUBRA como entidade respeitada dentro e fora do Brasil, com *locus* privilegiado – as universidades –, tem muito a oferecer e atuar, de forma marcante nessa problemática. Sua atuação poderá facilmente alcançar significativa parcela da população, através do que implementar, a partir do envolvimento da comunidade universitária, da qual é partícipe por meio de suas filiadas.

A Federação deve ratificar os principais temas tratados na “**Agenda 21**” para, de acordo com sua capacidade, transformá-los em ações concretas, tornando-se protagonista direta nesses desafios, conforme se apresenta:

- Combate à pobreza.
- Cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável.
- Sustentabilidade e crescimento demográfico.
- Proteção da atmosfera.
- Planejamento e ordenação no uso dos recursos da terra.
- Combate ao desmatamento das matas e florestas no mundo.
- Combate à desertificação e seca.
- Preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis.
- Desenvolvimento rural com sustentabilidade.
- Preservação dos recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta.
- Conservação da biodiversidade no planeta.
- Tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos, radioativos).
- Fortalecimento das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável.
- Educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente.

Esses temas são estudados e pesquisados na academia envolvendo direta ou indiretamente, a maioria da categoria, portanto, será fácil transformá-los em ações, através dos fóruns e eventos realizados pela Federação, no transcurso de sua atuação, como agente representativa, norteadora e propositiva, perante suas filiadas.

- o **Coletivo Tribo** defende a importância de incluir esse tema na agenda da FASUBRA, por entender que a categoria por ela representada é, sobretudo, formada por cidadãos e cidadãs conscientes e responsáveis, muito antes de serem sindicalistas e militantes, para os quais a defesa e a preservação do Planeta é tão ou mais importante do que a defesa de seus interesses corporativos e imediatos.

O XXI CONFASUBRA deve aprovar a implementação, de imediato, do debate sobre esse tema nos fóruns da categoria, a fim de desenvolver ações que caracterizem a Federação como entidade, não somente combativa – como é conhecida, mas também responsável socialmente, inclusive com os destinos do Planeta, apta a contribuir com a superação do desafio colocado: *garantir o desenvolvimento, de forma sustentável e preservando o meio ambiente.*

“A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.”

(Carta da Terra)

ARTE, CULTURA E ESPORTE – UMA NECESSIDADE E UM DEVER DA FASUBRA!

“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes, a arte de viver.”

(Bertolt Brecht)

A FASUBRA não deve continuar desconhecendo a importância da prática das atividades artísticas, culturais e esportivas, como meio de integração social e de promoção da saúde física e mental dos indivíduos, em todas as idades.

No contexto social contemporâneo a prática de atividades físicas e esportivas passou a ser um imperativo, não somente por seus resultados benéficos para a saúde física, mas também e, sobretudo, por ser um comprovado meio de integração e conagração entre as pessoas, que proporciona ótimos resultados, inclusive, para a saúde mental de seus praticantes.

Igualmente importante, como as atividades esportivas, é o exercício e a prática das habilidades artísticas e culturais, por seus resultados terapêuticos, visto que estimula a criatividade, proporcionando bem estar e evitando os chamados males do espírito, entre os quais se destaca a depressão – muito comum nos dias de hoje, em que impera o individualismo e o isolamento humano.

É certo que a FASUBRA, através da realização da Copa FASUBRA, vem cumprindo parte de seu dever, em relação à promoção da atividade esportiva, entre seus filiados. No entanto, nossa categoria merece e precisa de muito mais!

- Nesse sentido o **Coletivo Tribo** propõe a realização de um grande evento (**O FASUBRARTE!**), através do qual, não somente a prática esportiva tenha vez e lugar, mas também que se oportunize e se incentive a prática de atividades e a demonstração de habilidades artísticas, culturais e esportivas, em suas mais diversas formas de manifestação, organização e apresentação, tais como: poesia, música, pintura, dança, fotografia, performances individuais e, ainda, a realização de competições e competições esportivas e lúdicas.

A realização do **FASUBRARTE (Festival Artístico, Cultural e Esportivo da FASUBRA)** ficaria a cargo do Departamento de Cultura, Esporte & Lazer, criado na estrutura da Federação e sua organização deverá ocorrer, de tal forma, que possibilite a participação de representantes das entidades filiadas, sem prejuízo no cumprimento do calendário regular (CONFASUBRAS, Plenárias, Encontros etc). Por outro lado, a Copa FASUBRA seria substituída por um campeonato de Futebol Society, tendo em vista a necessidade de adequar essa atividade esportiva às condições dos atletas – proponentes dessa proposta, durante a última Copa.

O **FASUBRARTE** visa alcançar os seguintes objetivos:

- Promover a integração da categoria, através da prática esportiva e do incentivo ao exercício de habilidades artísticas e culturais;
- Estimular os integrantes da categoria a exercitarem e revelarem seus talentos e habilidades artísticas tais como pintura, fotografia, poesia, música etc;
- Atrair a participação dos novos e dos veteranos trabalhadores(as), que ainda não frequentam suas entidades e a Federação;
- Pacificar a convivência da categoria, tendo em vista o tensionamento provocado pelas disputas políticas e ideológicas;
- Melhorar o estado de satisfação da categoria, através do reconhecimento e promoção dos talentos artísticos que certamente existem e, no entanto, não tiveram ainda oportunidades para demonstrar.

***"O esporte é importante para modernizar nossa visão de mundo,
porque socializa a gente, na derrota e na vitória."***

(Roberto da Matta)

O **FASUBRARTE** será realizado a cada dois anos e será itinerante, afim de que as filiadas possam participar diretamente de sua organização e realização, conferindo ao evento seu caráter integrador e promotor, de pessoas, grupos e regiões.

No **FASUBRARTE** serão realizadas as seguintes atividades:

- Concursos de poesia, de música, de dança, de pintura e de fotografia;
- Campeonatos de Futebol Society, de salão, de natação e de tênis de mesa;

- Competições de sinuca/bilhar, damas, xadrez, dominó e baralho;
- Apresentações artísticas tais como: canto, performances humorísticas, dança de salão etc;
- Apresentações folclóricas e exposições com vendas de produtos fabricados por integrantes da categoria.

Essas atividades serão agrupadas de acordo com suas propriedades, a fim de serem apresentadas, conforme a disposição do espaço onde o Festival será realizado. Será realizado durante três dias, nos três turnos, de preferência contemplando um final de semana (sexta, sábado e domingo) e os custos com a realização do Festival poderá ser rateado entre patrocinadores, FASUBRA e entidades filiadas.

Considerando, portanto, o acima exposto, a criação do Departamento de Cultura, Esporte & Lazer na estrutura organizativa da FASUBRA, a fim de que realize o **FASUBARTE**, conforme descrevemos, preencherá uma enorme lacuna, frente ao estágio em que se encontra boa parte de nossa categoria – ávida por conquistar reconhecimento e qualidade de vida, a qual, com certeza não depende apenas de aumento de salários, mas também de oportunidades, através das quais possam mostrar seus valores, enquanto sujeitos ativos e detentores de habilidades, talentos e qualidades artísticas, culturais e esportivas.

"Mente sã em um corpo são, é uma descrição curta, mas completa, de uma condição feliz neste mundo. Aquele que tem ambos, tem muito pouco mais a desejar; e aquele que deseja ambos, será um pouco melhor em tudo."(John Locke)